

«Mulheres de fábrica» Breve história da feminização da indústria têxtil em Guimarães

Este artigo resulta de uma colaboração, em regime de comissariado científico, que culminou com a exposição *A mulher na indústria têxtil*, e documenta o processo de organização temática que foi desenvolvido para dar resposta ao desafio colocado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e o promotor da iniciativa.

Introdução

Ao longo de quatro anos foi desenvolvida uma pesquisa historiográfica que teve como objetivo estudar o contributo da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento da indústria têxtil¹. A proximidade da investigadora ao objeto de estudo, e a circunstância de Guimarães ser um território industrial e uma centralidade histórica para a indústria têxtil, justificou as opções de estudo e proporcionou uma investigação aprofundada sobre um período crítico da industrialização portuguesa (finais do século XIX), sem omitir a atualidade.

A existência de acervos industriais inexplorados, a tradição têxtil, quer do ponto de vista etnográfico e cultural, quer na perspetiva económica e industrial, a história (riquíssima) de internacionalização das primeiras fábricas têxteis, designadamente pela participação nas Exposições Universais, a organização da Exposição Industrial Concelhia (1884) e a criação da escola industrial (no mesmo ano), justificaram uma parte da pesquisa.

Para aprofundar aspetos da fase mais contemporânea da industrialização têxtil foram cruciais outros argumentos, tais como a classificação do centro histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade (UNESCO, 2001), a Universidade do Minho, em cujo Campus de Azurém (Guimarães) funciona uma licenciatura em Engenharia Têxtil, um centro de investigação e existe uma dinâmica de interação científica com o tecido industrial, a prevalência do setor têxtil como principal atividade económica e o posicionamento das empresas da indústria têxtil de Guimarães entre as maiores exportadoras nacionais e as mais inovadoras.

Reuniram-se muitos documentos e com a informação produzida gerou-se uma dinâmica de descoberta surpreendente. Nesse incrível fluxo de evidenciação e revelação percebemos que as fontes, agora disponíveis para uma observação mais atenta, pormenorizada e cuidadosa, não deviam devolver-se ao aparato do esquecimento – algo que sempre desejamos combater, desde o primeiro momento.

Em quatro anos de pesquisa muitas pessoas e instituições se envolveram e juntaram ao projeto. Muitos perceberam que o propósito superior da investigação em curso, sendo inerente aos compromissos académicos que estiveram na sua origem, não excluiriam uma responsabilidade mais nobre: a de contribuir para o enriquecimento da história local apresentando uma nova perspetiva, porque resultante de descobertas, a história da indústria têxtil.

¹ "A Ciência e a Tecnologia na Indústria Têxtil e do Vestuário – Uma abordagem historiográfica ao setor em Guimarães" é o título da Tese de Doutoramento em História das Ciências e Educação Científica, pela Universidade de Coimbra (UC) e Universidade de Aveiro (UA), com orientação do Professor Doutor Décio Ruivo Martins (UC) e coorientação do Professor Doutor Carlos Fiolhais (UC) e Professor Doutor Gilberto Santos (Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e Ave – IPCA).

Surgiram muitos desafios e a todos foi concedida atenção. Aos reptos lançados pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) respondemos (sempre) afirmativamente e isso possibilitou a produção de artigos publicados no Boletim de Trabalhos Históricos (BTH), a realização de conferências e a organização de uma exposição – «Indústria Têxtil de Guimarães: do sistema antigo ao advento das máquinas» (2019) – cujo sucesso aqui sublinhamos, sem falsas modéstias, sobretudo pelo impacto gerado num público imenso que acarinhou a iniciativa apropriando-se das memórias que com ela quisemos evidenciar.

O apoio, em regime de comissariado científico, decidido após novo desafio do AMAP, colocou-nos perante uma aventura extraordinária: a de promover, de forma colaborativa, uma exposição que apresentasse um olhar sobre as mulheres da indústria têxtil. E assim nasceu o projeto «A mulher na indústria têxtil» que resultou numa mostra, patente ao público num centro comercial² entre 29 de fevereiro e 15 de março de 2020, que teve a grande vantagem de se aproximar de um público que nem sempre frequenta museus ou galerias.

A exposição, que assinalou o Dia Internacional da Mulher (8 de março), foi pensada para abordar oito tópicos que identificamos na história da indústria têxtil e que, de alguma forma, seriam facilmente reconhecidos pelo público. Desenvolveu-se um circuito temático abordando a presença das mulheres em diferentes dimensões do processo de industrialização têxtil: «No campo e em casa», «Iconografia fabril», «Vítimas do analfabetismo», «Na fábrica», «As mulheres de fábrica», «A fábrica social», «Mulheres de luta» e «O futuro».

É este o alinhamento que propomos desenvolver neste artigo, que ilustramos com fotografias, figuras e outros documentos que estiveram patentes na exposição e que nos ajudam a situar o tema.

2 Guimarães Shopping, Sonae.



Jovem operária em salão de fiação numa fábrica têxtil (décadas de 1920/1930). Guimarães, Domingos Alves Machado. M.-A.G.D.P. Muralha

Uma breve história da feminização fabril

O século XIX, que alguns historiadores situam entre uma revolução (1789) e uma guerra (1914), é, simultaneamente, um período sombrio e opressivo, mas também aquele em que se assinala o nascimento do feminismo, fruto de um tempo de mudança construída sobre jogos subtis, que ora convidavam as mulheres à ação, ora as rejeitavam e excluía da participação cívica como seres humanos de plenos direitos (Fraisse e Perrot, 1991).

A Revolução Industrial (RI) concederá oportunidades, mas também abrirá a porta às ameaças. As mulheres vão ganhar poder e, ao mesmo tempo, constituir-se como alvos de violência, exploração e depreciação. Será necessário esperar pelo século XX (e pelas suas últimas décadas!) até que a condição feminina seja considerada na sua (quase) plenitude. Muitas mulheres só poderão dispor livremente do seu salário nessa altura.

À mulher vão-se acrescentando papéis ao longo da vida; mulher, esposa, mãe e cuidadora dos membros mais velhos da família, trabalhadora no campo e na fábrica. O século XIX despoeva o mundo rural, industrializa quotidianos, revolve a família, compele as mulheres para fora do seu território doméstico e para o mundo do trabalho industrial. Elas estarão no centro desse furacão e, contudo, aos olhos da História parecem quase invisíveis.

Karl Marx dirá que a mulher afadigada com mil tarefas domésticas e o trabalho nas fábricas será mais uma vítima do sistema de propriedade, para onde podemos convocar também, o casamento e a família (Fraisse, 1991, p. 79).

As mudanças vão induzir a emancipação da mulher e essa inevitabilidade fará emergir a contestação pelo direito à afirmação do sujeito, independentemente do género. As velhas estruturas de representação da mulher e as tradições mais enraizadas sofrem um duro golpe. Na Inglaterra da máquina a vapor as mulheres erguerão a voz acompanhando o silvo do progresso, exigirão, lutarão e reclamarão por direitos. Incluindo o direito a votar, a participar da vida coletiva e nas decisões de Estado.

Fraisse (1991, p.87) discute a ocupação da mulher no seu “papel de espécie”, um trabalho que o acesso à educação vai contribuir para a sua afirmação em diferentes domínios. O patriarcado vigente começa a sentir os golpes de força do matriarcado.

A condição da mulher trabalhadora é, obviamente, muito anterior à RI e ao capitalismo, mas para todos os efeitos conceptuais a visibilidade que auferiu resulta, diretamente, dessa revolução, não da mecânica que comportou, mas da circunstância de as mulheres abandonarem o seu território doméstico, saírem para a rua, invadirem as fábricas e, por essa via, ganharem visibilidade problemática (Scott, 1991, p.441).

Discutindo a «ideologia da domesticidade», Scott (1991, p.444) fala-nos da divisão do trabalho como um “modo mais eficiente, racional e produtivo de organização do trabalho, dos negócios e da vida” numa época que assume essa divisão como “facto social objetivo originado na própria natureza”. A “história padrão” que nos apresenta a mulher dividida entre o trabalho do lar e da indústria, baseia-se, segundo Scott (1991, p.444) “num modelo esquemático da transferência da produção da quinta para a fábrica”.

Muitos historiadores complicaram este quadro linear argumentando, por exemplo, que o trabalho a domicílio sobreviveu ao lado da manufactura mecanizada até bem dentro do século XX, mesmo na indústria têxtil. Mas persiste a imagem de uma força de trabalho cooperativa de base familiar – o pai tecendo, a mãe e as filhas fiando, enquanto os mais pequenos preparavam o fio – típica de períodos anteriores. Esta imagem serve para estabelecer um contraste agudo entre um mundo pré-industrial em que o trabalho feminino era informal, frequentemente

não remunerado, e em que a prioridade podia sempre ser dada à família, e o mundo industrializado da fábrica, que exigia uma atividade a tempo inteiro, assalariada e afastada do lar.

Joan W. Scott, "A mulher trabalhadora", 1991, p.444.

A RI implicou o recrutamento das mulheres para as trincheiras das fábricas, demonstrando-o a história, sobretudo em Inglaterra, França e na Alemanha. A procura pela mão de obra feminina disparou, porque associado ao trabalho barato. "A força de trabalho feminina era predominantemente jovem e solteira, tanto no campo mais «tradicional» do serviço doméstico como na área emergente da indústria" (Scott, 1991, p.446), embora a historiadora norte-americana ressalve que "na maior parte dos países ocidentais em curso de industrialização, o serviço doméstico ultrapassava os têxteis como setor empregador das mulheres". Joan W. Scott afirma mesmo que "a deslocação da grande maioria da população assalariada feminina não se deu, portanto, do trabalho do domicílio para o trabalho fora de casa, mas de um tipo de local de trabalho para outro" (1991, p. 447).

Marx e Engels vão defender, no *Manifesto do Partido Comunista*, que à medida que evoluísse a tecnologia aplicada nas fábricas, diminuindo a necessidade de menos trabalho de força e requerendo menos habilidades, aumentaria a procura de mulheres e crianças para o desempenho de tarefas até então atribuídas aos homens. A divisão sexual do trabalho, mais do que prática ou discurso, inculcou a ideia do «trabalho de mulher» (operações delicadas que requeriam mãos ágeis e muita paciência), assim como o «trabalho de homem» (exigente em força, destreza), institucionalizando-se tarefas, estatuto e salários (Scott, 1991, p.452). A mulher estará sempre na base, em regime de dependência, sem autonomia e sem qualquer reconhecimento.

Não espanta, por isso, que até o próprio movimento sindical fosse o reflexo da dinâmica de discriminação e exclusão. Na Inglaterra, as mulheres vão unir-se e contestar a exploração e reclamar direitos, quer por via dos movimentos sindicais femininos, quer pelo movimento sufragista. Neste ambiente de agitação será produzida legislação protetora, mas a Europa avançará com velocidades diferentes. Em Portugal, a proteção ao trabalho feminino e infantil vai levar décadas a ser plenamente implementada (o combate ao trabalho infantil, por exemplo, vai perdurar para além do ano 2000...).

O território têxtil do Vale do Ave em geral, e de Guimarães em particular, tem atraído a atenção de muitos historiadores, explorando perspetivas distintas sobre uma indústria que se distinguiu, desde a sua origem, pela feminização do trabalho (Alves, 1999; Alves, 2000; Braga, 1928; Carvalho, 1941; Geraldès, 1913; Ingerson, 1982; Mónica, 1987; Sampaio e Meira, 1884). Encontramos essa atenção nos ensaios e estudos etnográficos, onde a mulher surge como referência (ou apontamento) obrigatório (Bastos, 1960; Cachada, 2004; Nogueira *et al.*, 2017-c), como a presença laboral dominante numa indústria têxtil onde a presença feminina é realçada (Guimarães, 1940; Geraldès, 1913; Sampaio e Meira, 1884).

A norte americana Alice Ingerson (1982), especialista em análise social e cultural da Universidade de Baltimore na profunda investigação que realizou à vivência fabril no vale do Ave ilustrou bem a realidade cultural, social e operária da região, designadamente a mobilidade social, classes e consciência de classe. Desafiando as teorias lineares do desenvolvimento económico, que pressupõem uma tendência de trânsito da agricultura para a fábrica, do campo para a cidade, Ingerson (1981) encontrou no vale do Ave outros paradigmas. Exemplo disso é o agricultor, visto como um elemento de uma sociedade feudal, dependente de uma agricultura de subsistência e "que vai buscar a sua identidade social ao seu apego a uma área geográfica muito reduzida e depende duma série de patronos ou intermediários (senhorios, padres, advogados, médicos, professores, comerciantes), que

lhes controlam os contactos com o mundo que está para lá da sua aldeia.” (Ingerson, 1981, p. 863). A mesma propensão replicar-se-ia na sociedade industrial.

É particularmente interessante a leitura que Ingerson estabelece ao convocar sociólogos que na década de 1980 sugeriam que a “cultura camponesa” sobreviveu à “economia camponesa” e produziu no território do vale do Ave “uma espécie de hiato, em que os trabalhadores que vivem como proletários ainda pensam como camponeses” (Ingerson, 1981, p. 864).

Os estudos da socióloga Ana Nunes de Almeida (1986) centraram-se num outro aspeto de grande importância para a análise que aqui se apresenta. Ela estudou a família operária e privilegiou o par “fábrica-família”, em que “se aproximam os temas e os problemas gerais do contexto particular da sociedade portuguesa contemporânea”. A sua preocupação não foi descrever práticas ou representações, mas conhecer a relação estabelecida entre a família, trabalho operário e estratégias familiares (Almeida, 1986, p. 281), considerando que “a família é um inevitável atributo da condição e identidade camponesa”. Será igualmente relevante para a condição e identidade operária, no contexto da indústria têxtil: “A relação fábrica-família não assume um modelo único e universal; particulariza-se antes na especificidade de contextos sociais e regionais” (Almeida, 1986, p.307).

Embora acompanhando as transformações impostas pela industrialização, a família estará no centro da ação ideológica no período do Estado Novo que vai tutelar e doutrinar sobre todas as células de organização social. Uma teia jurídica e política vai estabelecer-se, não só sobre o regime de trabalho, mas também sobre a família, através do Estatuto do Trabalho Nacional e de todo o corpo legislativo sobre a *previdência social*. “Um dos pontos mais interessantes (o que não significa eficazes) dessa estratégia de inculcação de normas familiares é, certamente, constituído pela política salazarista de fixação e alojamento operário, através da promoção do acesso à habitação e propriedade — a construção das «casas económicas», «casas para famílias pobres» e «casas de renda limitada», visando a produção de uma harmoniosa, disciplinada e remediada família operária cristã” (Almeida, 1986, p.310).

A família, o seu sustento, as condições de vida dos membros que a compõem, e a sua adaptação às transformações e exigências de um mundo laboral em desassossego e alteração, as dificuldades da vida, quase sempre mergulhadas num quadro de miséria, motivaram, em Portugal como em toda a Europa, os movimentos operários de contestação.

A luta operária chegou mais tarde ao nosso país (Tengarrinha, 1981) acompanhando o atraso da industrialização nacional. O movimento grevista português, que emerge ainda no século XVIII, foi sempre um tópico de difícil investigação. A greve não era um facto social, mas antes uma coisa anómala (Tengarrinha, 1981, p. 573), e não justificava a atenção das entidades públicas. Escapa, assim, à dita “estatística oficial”. Porém, nem tudo se perdeu pois graças à imprensa operária, ao movimento panfletário e aos movimentos operários marxistas, dispomos hoje de alguma documentação que nos permite conhecer melhor a realidade das greves num tempo de desmandos. É uma leitura, mas é uma leitura que converge com muitos testemunhos que, entretanto, sociólogos, antropólogos e historiadores foram recolhendo nos últimos 40 anos. Se a greve como ação operária é difícil de descrever e referenciar, ela é particularmente difícil de documentar quando pretendemos situar o papel das mulheres nesse contexto.

Tengarrinha estudou a greve e conceptualizou-a. Mais, conseguiu identificar o primeiro conflito laboral em Portugal, com abandono de trabalho e envergadura próxima da amotinação, e que ocorreu no Porto, em 1628 por iniciativa das fiandeiras (Tengarrinha, 1981, p. 582). Também identificou, entre 1871 e 1920, a ocorrência de 4636 greves em Portugal, com predomínio nas regiões mais instruídas (Lisboa e Porto) e particularmente incidente no setor dos têxteis: “é também [o ramo] que, em número global, se encontra muito destacado de

qualquer outro, [e aquele] em que o ritmo grevista se intensifica mais no último decénio do século XIX: entre 1891 e 1900 desenvolve 77 greves, isto é, 73% das [greves] que promove [em trinta anos]" (1981, p. 588).

Os (fracos) salários, os horários de trabalho e as condições de trabalho figuram como as principais motivações para a realização das greves (Cabral, 1977; Tengarrinha, 1981) e são expressivas as disparidades, as iniquidades e a miséria que enfermava a sociedade portuguesa. A oposição e a contestação à introdução das máquinas nos sistemas industriais não tiveram, em Portugal, a dimensão alcançada noutros países europeus, nomeadamente em Inglaterra e na França.

Nos primeiros trabalhos de reflexão que realizou sobre a condição do operariado, nomeadamente do operariado português em vésperas da Primeira República, o sociólogo Manuel Villaverde Cabral (1977) retrata-nos o proletariado nas suas diferenças regionais, mais contestatário a sul e nas grandes cidades, mas nem por isso alheado da luta e das greves motivadas por direitos e melhores condições de vida – “Seria, todavia, um erro grosseiro pensar que os operários e operárias da têxtil não lutaram.” (Cabral, 1977, p. 424)

A mudança social aconteceu, primeiro discreta e paulatinamente, depois de uma forma mais evidente em que costumes, tradições, cultura, economia, qualidade de vida, ensino, justiça, segurança social entre outros, verificaram uma mudança rápida e profunda tornando a sociedade portuguesa mais plural (Barreto, 1995). E com essa transformação o papel das mulheres reconfigurou-se e a sua visibilidade e poder reivindicativo acentuaram-se.

O percurso foi marcado por discriminações, abusos e exploração, negando o direito à instrução (ao ensino e à educação), reforçando a discriminação. Em 1890 o analfabetismo atingia 89% das mulheres do distrito de Braga e o concelho de Guimarães apresentava uma das taxas mais elevadas. As raparigas e mulheres eram afastadas não só da escola, mas também do treino técnico, o que induziu a orientação da força laboral feminina para as designadas profissões «de mulheres». Embora sempre presente no discurso político, o combate ao analfabetismo não produziu efeitos práticos e as taxas mantiveram-se sempre elevadas até que, durante a vigência do Estado Novo, se verificaram ligeiros e contidos progressos.

O analfabetismo, enquanto uma das principais estratégias ideológicas do salazarismo, foi dissecado pela historiadora Maria Filomena Mónica que, no seu artigo *Deve-se ensinar o povo a ler? A questão do analfabetismo (1926-39)*, refere as “crenças dominantes” que enfatizavam a ideia de que o povo não tinha vocação para aprender, algo que robustecia a ideologia nacionalista. “Segundo a nova ideologia, as culpas da ignorância cabiam ao ignorante: a apatia do povo provocava o analfabetismo” (Mónica, 1977, p. 322).

Esse «povo» compôs a força de trabalho fabril e as mulheres e crianças, sem instrução e entregues ao desamparo, eram a mão de obra ideal, porque dócil, submissa e barata. Apesar do atraso e da falta de dimensão, a industrialização em Portugal vai replicar contextos sociais e laborais, como a exploração, a pobreza, a miséria o analfabetismo que aqui referimos. Um contexto de sofrimento, que acolheu a metáfora da guerra como descrição ideal, acabará por enraizar-se como narrativa. A fábrica é melhor do que o campo, mas é como sair de casa para a guerra todos os dias. Naquele “campo de batalha” os “soldados” lutam entre máquinas, produzindo noite e dia.

O mundo fabril vai apropriar-se da figura feminina, explorando o seu saber-fazer e usando-a como imagem de marca. A iconografia fabril concederá às mulheres um papel principal atribuindo-lhes condição emblemática de rainhas nos rótulos e cartazes, mas escravas nos salões de fiação e tecelagem.

Essa escravidão está descrita, com minúcia emotiva, em alguma imprensa operária e dos movimentos sindicais e antissistema. Escreve-se sobre o trabalho sem direitos, o abuso, o assédio, a violência verbal e física, e descrevem-se práticas normalizadas no contexto fabril, cuja crueldade serviu apenas e tão só para instaurar o medo, subjugar e inferiorizar a vida de milhares de mulheres e crianças. Apesar das exceções que, lamentavelmente, não mereceram projeção, nem serviram de exemplo, a realidade demonstrou que ao longo dos tempos a lei ficou à porta de muitas fábricas.

A relação entre patrões e Estado, sobretudo, a partir do século XIX, foi sempre peculiar. Filomena Mónica (1987, p. 855) explica que “o tipo de relações que os industriais mantinham com o poder político variava segundo o sector, o local e a dimensão das empresas”, ou seja, em última análise, era uma relação sinuosa, ora dependente, ora conveniente às partes.

O perfil do industrial têxtil foi objeto de estudo para o sociólogo Joaquim Lima (2018), profundo conhecedor da realidade fabril têxtil do Vale do Ave, que descreve na sua obra *Os empresários da indústria têxtil do Vale do Ave*, na qual define o *habitus* económico de uma classe, também ela, e em boa parte, originária do operariado. Na sua investigação, fala-nos dos industriais da região do Ave que implementaram, nas suas fábricas, respostas de natureza social tendo em vista responder à dificuldade das mulheres com filhos pequenos e às atribulações das famílias operárias mais pobres. Das creches aos infantários, das escolas às colónias de férias, o industrial paternalista foi-se substituindo a um Estado ausente e indiferente, reforçando, por essa via, dentro e fora da fábrica, um poder inestimável. Neste artigo, dedicamos uma secção a este tópico.

Mantendo o foco sobre o papel das mulheres para o progresso industrial, serão destacados atributos como a coragem e a resiliência (característica que é identitária da indústria têxtil), e explorados aspetos da vida das mulheres operárias que, mesmo nas circunstâncias mais críticas e difíceis, foram capazes de marcar presença pela irreverência e pela diferença. Elas, sempre no centro da narrativa, lutando pelos seus direitos e afirmando-se pela intervenção cívica, cultural, política e até desportiva, não foram *mulheres de luta* apenas nas greves e manifestações, mas em toda uma vida, ainda que dentro de condicionalismos culturais, económicos e familiares. É desse movimento discreto, quase silencioso de que procuramos dar nota.

A feminização da indústria têxtil foi sempre dominante e ainda hoje é. E não podemos desligar o passado do futuro. Por isso, dedicamos a última reflexão aos impactos e desafios colocados pela Quarta Revolução Industrial (a i 4.0). Estamos no limiar de uma nova etapa no decurso da qual os processos de automação, digitalização e robotização do chão de fábrica vão acelerar. O emprego têxtil do futuro implicará uma sofisticação tecnológica que passa pela qualificação superior em áreas técnicas e científicas onde há (cada vez) menos mulheres, como na computação, na física e no domínio das engenharias. Há remanescências do passado que ainda caracterizam a indústria têxtil – na intensidade da tecnologia, na imprescindibilidade da inovação, na força da criatividade e na presença dominante das mulheres que fazem vibrar esta indústria.

Se, no passado, a vida rural e fabril se estabeleceu em complementaridade, obrigando a mulher a multiplicar-se por diferentes tarefas e funções, numa tentativa permanente de luta pela sobrevivência e subsistência da família, hoje, o campo, a casa, a fábrica e a vida social reconfiguraram-se. Aliás, as mulheres foram assumindo papéis de liderança nas próprias fábricas - como «mestras», «encarregadas», «patroas», «empresárias» - e muitas delas agarraram os negócios de família com competência inquestionável.

O caminho foi doloroso, muito difícil e longo, mas as mulheres permanecem como elemento chave da indústria têxtil. Elas dão corpo à analogia da *fénix* que recorrentemente se convoca para definir um setor que resiste, sobrevive e supera.

História

No último quartel do século XIX, o Vale do Ave foi palco de um processo transformador que reconfigurou toda a região. A industrialização invadiu o território, até então predominantemente rural. Rapidamente proliferaram fábricas e chaminés imensas ergueram-se na paisagem. Em duas décadas a vida social e económica de milhares de famílias sofreu uma mudança irreversível.

No campo, nas oficinas e nas fábricas, as famílias cumpriam trabalho árduo sem descanso. Pais, mães e filhos, compunham o exército de braços no vasto território industrial.

Acompanhando a cadência do progresso, mais e mais fábricas surgiram na paisagem. Na cidade, as fábricas de telhados shed, disputavam o horizonte com o castelo. No campo, uma estranha plantaço de edificios em granito ergueu-se sobre a verdura dominante e os engenhos hidráulicos intercetaram, às dezenas, as quedas de água domesticando os rios para aproveitar-lhes a energia.

O silvo da locomotiva, símbolo máximo do progresso acabado de chegar à estação da cidade, entonava com o ruidoso coro das máquinas fenomenais. Estas concediam atributo de vida artificial às fábricas. Rebanhos de operários fluíam pendularmente ao sabor das sirenes.

A fumaça negra serpenteava os céus, denunciando a proliferação de caldeiras. Os fogueiros não descansavam entre cargas e descargas de carvão vindo de Cardiff e Newcastle, carregado pelos carros de transporte, ainda movidos por juntas de bois e de cavalos, apesar do comboio, apesar das carroças.

Família, campo e fábrica: As mulheres foram chamadas à fábrica, às centenas, incorporando batalhões de musas de quem a história nunca ouviu falar. Na fábrica afogavam gestos repetidos ao sabor da cadência mecânica dos teares e fusos, com a esperança de levar, no final da semana, algum dinheiro para garantir a sobrevivência da família. Se o dia favorecesse, ainda teriam tempo para a enxada e para cuidar dos animais. Foram escolhidas porque sabiam e conheciam, melhor do que ninguém, a arte de fiar e tecer. Foram escolhidas porque eram submissas e dóceis, fáceis de encantar. Foram escolhidas porque eram mulheres e custavam menos dinheiro aos empregadores.

Nesta exposição aborda-se o papel da mulher na indústria têxtil, através de documentos históricos que fazem parte de arquivos locais, regionais e nacionais. Fotografias, imagens, recortes da imprensa, livros, regulamentos e diplomas, compõem o roteiro temático que nos conduz numa viagem pela condição feminina num meio fabril, desde o século XIX aos nossos dias.

Aqui são apresentadas mulheres anónimas, que a partir das fotografias do passado se fazem hoje presentes. São elas que nos interrogam pelo olhar que nos fere e emociona. Esta exposição versa sobre a força, a verdade, a beleza pura e a encantadora coragem feminina que aqui se homenageia.

Texto introdutório publicado no guia da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil», promovida de 29 de fevereiro a 15 de março de 2020 pelo Guimarães Shopping e que assinalou as comemorações do Dia da Mulher

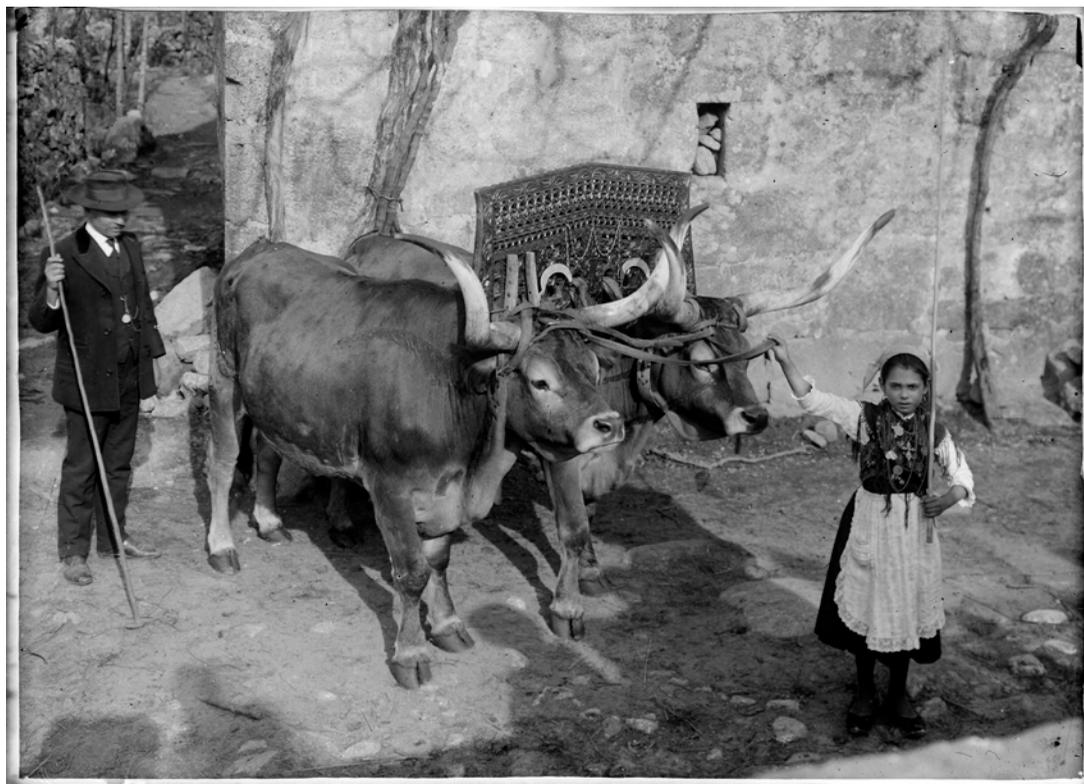
I. No campo e em casa

Na descrição que efetuam sobre a cultura do linho e a tradição linheira muitos autores (Bastos, 1960; Braga, 1928; Cachada, 2005; Carvalho, 1941; Guimarães, 1940) apresentam-nos uma visão edílica da relação ancestral das comunidades minhotas com a exploração económica dos linhais. Séculos de trabalho virtuoso e habilidade técnica, especializaram milhares de pessoas no cultivo metódico da delicada semente que um complexo ritual de processo transformava em fibra. A mesma fibra que hábeis mãos de crianças e mulheres haveriam de ripar, fiar e tecer. E assim, cumpria-se a liturgia do linho que culminava no bordado minucioso, sobre lençóis, toalhas, guardanapos, camisas e coletes de «rabinhos», sem esquecer os atalhados de altar, o mais sagrado de todos os destinos de um trabalho árduo e sofrido.

O jornalista e historiador Armindo Cachada, descreve, com extremo rigor, o processo do linho no seu livro *O linho no campo e na arca*, tomando como objeto de estudo a tradição linheira em Guimarães. Será um dos poucos registos documentais de uma prática quase extinta, e que apenas permanece como exercício etnográfico e turístico graças ao empenho do Grupo Folclórico da Corredoura (S. Torcato), que em boa hora patrocinou a edição do seu estudo.

Percorrendo a história do linho na economia vimaranense, Cachada (2005) demonstra a importância dos «linhos de Guimarães» e de como a vivência do campo e a habilidade dos tecelões artesanais foram determinantes para o sucesso da industrialização do linho – que será destronado pela mecanização têxtil que elevará o algodão a matéria prima de referência.

É no contexto do campo que tudo terá a sua origem. A cultura do linho envolverá as famílias no ritual da sementeira, da rega, da monda e da arrancada. O trabalho de preparação da fibra, envolvendo técnicas de exigência física e método, decorria num longo período de tempo, centrado no objetivo final – produzir fibra e preparar o fio – e não no lucro que adviesse de atividade tão exigente. A venda do fio, ou dos tecidos de linho, não garantia mais do que um complemento de sobrevivência às pobres famílias rurais.



Homem e menina com junta de bois (início do século XX). Guimarães, S/A. M-A.G.D.P. Muralha.

O cultivo do linho, condição existencial no ciclo dos anos e da vida familiar, assumiu-se, em toda a região do Ave como uma escola. Cultivar, fiar e tecer foi, durante décadas, a única educação concedida às raparigas do campo. A importância deste trabalho era tal que uma casa sem tear era uma casa de miséria (Alves, 1999). Estas características culturais e domésticas associadas à transformação do linho, com recurso a tecnologia muito rudimentar, baseada no trabalho físico de homens, mulheres e crianças, e que garantiam complemento salarial a toda a família, ajudam a explicar, segundo o historiador Jorge Fernandes Alves (1999), que só tardiamente o linho fosse passível de industrialização e, quando tal ocorreu, se mantivessem os dois regimes:

Por isso, nos tempos iniciais da industrialização algodoeira, esta modalidade de articulação com a economia camponesa incrementa mesmo a tradicional tarefa domiciliária, assegurando uma produção a baixo custo e sem investimento significativo ao nível tecnológico, tal como à família camponesa permite capitalizar tempos mortos e disponibilidades de mão-de-obra. E as fórmulas actuais de subcontratação com microempresas (de natureza precária) no domínio da confecção, apesar de explicáveis por teorias de segmentação, não encontraram no vale do Ave uma tradição histórica de grande afinidade, que tem facilitado a sua propagação?

Jorge F. Alves, *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. 1999.

No mundo rural, a atividade familiar não se limitava ao linho. O campo era um território onde tarefas «de homens» e «de mulheres», tendiam a mesclar-se. A iniciação ao trabalho começava na tenra idade com o pastoreio e o cuidado de animais, práticas que marcaram muitas infâncias até ao 25 de abril.

As mulheres partilhavam o território de trabalho com os homens. No mundo rural, a exigência física não distinguia ninguém na hora de gradar um campo para as sementeiras, carregar pesados cestos com uvas durante as vindimas, ou passar horas a fio espadelando, com vigorosas chicotadas, o linho.



Cena rural (1903/1907). Gradando o campo para as sementeiras (postal da Livraria Lemos). Guimarões, S/A. M-A.G.D.P. Muralha.



Mulheres a espadelar o linho (século XX), Guimarães: S/A. M-A.G.D.P. Muralha.



Vindimas: homens nas escadas e mulheres carregando cestos (décadas de 1920/1930). Guimarães, Domingos Alves Pachado. M-A.G.D.P. Muralha

No recato doméstico, a roca, o fusoe o tear ocupavam as mulheres, a quem eram exigidas outras responsabilidades – a maternidade e o cuidado dos filhos, o trabalho do campo, que já aqui referimos, assim como o cuidado com a casa (por mais pobre que ela fosse) e os idosos. Os papéis sociais da mulher na cultura rural e pré-industrial manter-se-iam quase intactos durante décadas. Elas trabalhavam ininterruptamente, em diferentes ocupações, multiplicando o seu escasso tempo por tarefas repetitivas, intermináveis e raramente retribuídas. Sem tempo para se educarem, o trabalho e a obediência sem questionamentos era a sua única escola.



Duas jovens em trabalho domiciliário ocupam-se da roca de fiar e do tear (1920?). Guimarães, Domingos Alves Pachado. M-A.G.D.P. Muralha.



Mulheres em espaço rural (18 de outubro de 1910). Guimarães, Domingos Alves Machado. M-A.G.D.P.



Esposa e filhas de Francisco Inácio da Cunha Guimarães, Fábrica do Moinho do Buraco, Pevidém (início do século XX). C.P.M.T.M.



Mulher em cenário rural (finais do século XIX, início do século XX). Guimarães, S/A. M-A.C.D.P.

A transição das mulheres do campo para a fábrica verificou-se em finais do século XIX, com a instalação de oficinas e fábricas um pouco por todo o concelho de Guimarães. O regime doméstico é referido no Inquérito Industrial de 1881³ e insinuado como um obstáculo ao desenvolvimento mecânico das indústrias. Como prática o trabalho domiciliário manteve-se característico. A dualidade e a sobreposição que a industrialização incorporou (Alves, 1999) não se apagaria tão cedo – sabemos que a substituição plena dos teares manuais por teares mecânicos só ocorrerá perto da década de 1960 e muito do trabalho artesanal na tecelagem era realizado em casa.

Procurava-se experiência e domínio das técnicas de produção artesanal que no futuro haveriam de facilitar a integração das mulheres no contexto das fábricas mecanizadas. Até lá, os industriais aproveitariam a disponibilidade da mão de obra feminina e infantil, aliada à necessidade extrema de garantir um sustento suplementar para o agregado familiar numeroso. Jorge Alves (2002, p.64) descreve o espírito dessa procura: “A indústria têxtil, tanto na fase domiciliária como na fase fabril, tinha na mulher e nos menores (também quase sempre mulheres), nos seus baixos salários e na sua docilidade, o grande segredo estratégico para sobreviver.”

Embora perpetuadas as diferenças sociais e aprofundado o fosso entre ricos e pobres, há aspetos do quotidiano matriarcal que eram comuns às casas pobres e ricas. As mulheres desses dois mundos conviventes, mas distanciados entre si, partilhavam a mesma submissão, a mesma discriminação, o mesmo papel secundário, o mesmo apagamento, contudo, elas figuravam como elementos imprescindíveis à coesão, à sobrevivência e à afirmação da família como núcleo central das suas existências.

3 “Pelo mesmo systema de fabricação a domicilio está constituída a industria de tecidos de linho e algodão em Guimarães. Os comerciantes fornecem os teares e o fio, e os homens e mulheres que tecem, vendem-lhes a teia. O depósito principal d’estes tecidos é do sr. António da Costa Guimarães, na rua de Santo António; foi fundado há cerca de trinta annos. Ocupa acima de cem operários de um e outro sexo”. Inquérito Industrial de 1881, p. 264.

No campo e em casa

O calendário agrícola marcava o tempo para semear e o tempo para colher o linho. O tempo para ripar, malhar e moer. O tempo para espadelar, assedar, ensarilhar. E anunciava, também, o tempo para fiar o fio, cumprindo-se com suprema dignidade a ritualização do linhal.

No campo, homens e mulheres partilhavam a laboriosa inclemência da lavoura, acrescentando-lhe uma alegria folclórica. Todo o trabalho pressupunha uma festa. Fossem as sementeiras ou as vindimas.

E ei-las desfilando, como deusas de corpo inteiro, carregando cestos na cabeça, de mão vincada sobre a cintura, equilibrando com rigor de bailarinas a coreografia afã das suas vidas. Elas eram a fonte do júbilo daqueles homens empoleirados sobre as vinhas do enforcado.

E a dureza dos costumes, dissimulada nos cantares e bailaricos, cravava rugas e cicatrizes, na alma e no rosto. As mulheres do campo eram tão belas! E a sua altivez sólida, firme e corajosa fere-nos ainda hoje. Não escapamos ao olhar que nos lançam, vindas do passado, nestas fotografias que nos miram.

Imaginamos-lhe as mãos, tão ou mais calejadas que as mãos dos seus homens.

Em todas as casas havia um tear. Nenhuma casa seria tão pobre que nela não existisse um tear, uma roca, um fuso. O saber herdado, transmitido de mães para filhas, reproduzia-se, geração após geração. O legado do trabalho era a única fortuna do povo, o pecúlio das mulheres. A sua maior posse era o tempo devotado ao trabalho. No campo e em casa.

Desde crianças, na mais pura e tenra idade, as meninas abraçavam a roca e o fuso. Instruíam-se nas tarefas rurais e do lar, sem conhecer uma letra, sem perceber a razão de um número. Faziam-se mulheres à força, crescendo à prova de tudo.

Não eram apenas mãos de fiar e tecer, eram mãos de embalar filhos, mãos de agarrar a enxada, mãos de puxar pelas juntas de bois, mãos de enrolar linha nas canelas e nos novelos até se esgotar a luz do dia, até a lua se esconder. Mãos de tecer finos tecidos para enriquecer o bragal das noivas burguesas. As mãos das mulheres do campo eram mãos de rainha.

Um dia, chegaram as fábricas. E elas deixaram as suas casas, os seus campos, os seus filhos e lá foram, caminho fora, até ao mundo dominado por homens e por máquinas. Décadas e décadas depois, o mesmo caminho, a mesma força motriz, a mesma alma. A mesma maioria que se move, discretamente, como as águas dos rios movendo as turbinas.

Elas, a força motriz de tudo.

Texto introdutório ao primeiro painel - «No campo e em casa» - da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

II. Iconografia fabril

Assim como na arte, também na iconografia fabril a mulher é mais objeto do que sujeito. As representações de gênero nos rótulos das fábricas têxteis têm na figura feminina o seu principal foco e refletem não só uma estética própria como a ideologia de um tempo.

As imagens e figurações que observamos nas coleções de rótulos dispensam a figura masculina e são claras a transmitir uma ideia de distinção dos papéis sociais. As imagens reproduzem um universo muito bem definido e evidenciam a quem cabe o poder e a obediência. Esta representação está bem patente no diploma da Exposição Universal de Paris de 1889 que aqui apresentamos e analisamos com mais detalhe.

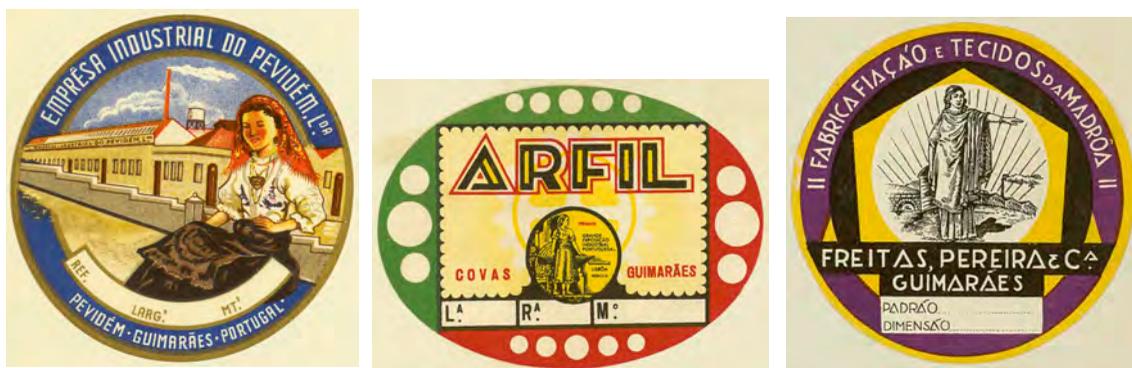
A padronização está patente e apresenta uma valorização explícita de atributos que as convenções sociais outorgavam às mulheres num tempo em que o papel feminino apontava para o perfil de uma pessoa dócil, submissa, trabalhadora e sempre alegre, induzindo à ternura e à confiança. Os rótulos que aqui apresentamos retratam bem essa imagem, associando a ideia representada à ideia que a própria sociedade construiu sobre as mulheres e o lugar que ocupavam na comunidade em que se inseriam. A tradição e a cultura são elementos necessários para completar a interpretação desta construção do significado. Embora longe da objetificação da mulher pela publicidade tal como a verificamos hoje (a mulher como um instrumento de prazer, a banalização da imagem feminina para vender produtos, geralmente consumidos por homens), na iconografia fabril exalta-se a mulher tradicional porque é de tradição que falamos quando se trata de produtos têxteis.

Assim, encontramos com frequência a representação de uma feminilidade rural e doméstica. A primeira, evidenciando as características identitárias das mulheres do campo e do Minho: alegres, viçosas, fortes. A segunda, apresentando-as no exercício das tarefas do lar: lavar, engomar, cuidar do bragal.

Estas representações não só enquadram as mulheres no contexto fabril – as operárias minhotas apresentavam-se ao serviço usando os seus lenços coloridos, as suas saias rodadas, as suas blusas espartilhadas – mas sem ostentações porque eram pobres. Daí que alguns detalhes, como por exemplo, o uso de acessórios em ouro, fossem usados com o propósito de reforçar os atributos de relação dos produtos (tecidos) com a tradição e a qualidade que eram amplamente associados ao trabalho têxtil executado no Minho.



Rótulos, «Tecidos Portugueses» (século XX). M-A.G.D.P. Muralha.



Rótulos com figuras femininas: Empresa Industrial de Pevidém, Fábrica Arfil – Covas, Fábrica de Fiação e Tecidos da Madrão (século XX). (C.P.A.M.)

A representação feminina na iconografia fabril expõe uma mulher delicada e idealizada, evoca uma beleza construída, procura ativar sensações de retorno à simplicidade do campo e a uma certa rusticidade. O discurso figurativo explora essa relação direta da mulher do campo com a mulher da fábrica (tema que também aprofundamos) expondo-a, com muita frequência, nos seus trajes tradicionais junto de um edifício fabril ou rodeada de ícones fabris (rodas dentadas, fusos, rocas).

Assim, reforça-se o discurso da feminização da indústria, embora pela via da idealização de uma mulher de trabalho que mais parece saída de um conto de fadas.



Rótulos com figuras femininas em tarefas domésticas. Fábrica de Tecidos Cruz de Pedra Ld.^a e Casa dos Linhos (século XX). C.P.A.M.

Uma certa hibridez na abordagem gráfica induz à contemplação e à admiração. As mulheres dos rótulos fabris aparentam-se com as tias, as avós e as mães que o imaginário familiar e doméstico revive quando se observam estas imagens. A mulher que lava a roupa no rio, a mulher que cuida de acomodar os linhos na arca, são apenas dois dos exemplos dessas vivências e dessas memórias.

A iconografia fabril não se limita a uma utilização funcional – representações gráficas das mulheres operárias em rótulos para identificação de encomendas. Ela passa, também, para outros domínios da comunicação de território, assumindo função identitária e cultural que, no caso de Guimarães, é exemplar.



A mulher, ícone de uma cidade. Cartazes das Festas Gualterianas (1910 e 1923). AMAP.

Destacamos, a este propósito, dois cartazes de propaganda às Festas Gualterianas (1910 e 1923) que se distinguem em toda a coleção, exatamente, porque convocam a iconografia fabril numa explícita representação da *mulher-força* e *mulher-cidade*, inerente aos atributos históricos que se pretendem exaltar.

O cartaz de 1910 destaca uma fiandeira em trajes rurais, com o seu corpete verde e saia carmim de barra florida, meia branca e chinela preta, sentada sobre uma âncora (simbolizando a esperança, a estabilidade e a confiança)

e aureolada por um medalhão dourado sobre o qual se evidenciam, de um lado o castelo de Guimarães, e do outro, o pavilhão onde decorreu a *Exposição Agrícola e Industrial* daquele ano.

Sobre a cabeça desta figura feminina, que segura um fuso, repousa uma coroa de ameixas, numa alusão à muralha da cidade. No mesmo contexto, encontramos os frutos da época (antecipam-se as vindimas) e um padrão de adamascado, também em carmim, cor dominante a par do dourado.

Este cartaz que foi desenhado para celebrar as Festas Gualterianas de 1910, parece anunciar a República que seria instaurada dois meses depois daquelas celebrações (e que não teve em Guimarães, cidade de tradição monárquica, um acolhimento imediato).

Nas festas da cidade realizadas em 1923 também se promoveu uma *Exposição Industrial e Agrícola Concelhia* e, sem surpresas, o cartaz destaca como figura central uma mulher em pose majestosa, firme, segurando na mão direita uma espada em repouso que prolonga um ombro despido, e na mão esquerda um escudo. Ela veste uma túnica rubi estampada com o brasão da cidade de Guimarães e exibe na cabeça uma coroa dupla de louros e de ameixas. A auréola que compõe o quadro é definida no interior por uma roda dentada (símbolo industrial) e no exterior por uma coroa de flores e frutos (remetendo para a ruralidade). Em pano de fundo o ícone obrigatório: o castelo.

Esta enigmática mulher de túnica reúne em si mesma a representação simbólica de duas das principais figuras históricas associadas à fundação da cidade de Guimarães e de Portugal: a Condessa de Mumadona e o rei D. Afonso Henriques. A conotação histórica estabelece, assim, o corolário figurativo deste belo cartaz que exalta a mulher numa posição de domínio e de força, mas também inspira à segurança protetora.

Para além das representações já aqui tratadas, a iconografia fabril encontra nos diplomas das exposições universais, um dos seus mais férteis territórios de ilustração. E os artistas convocados para a elaboração dos diplomas que certificaram os premiados da Exposição Universal de Paris de 1889 terão sido particularmente felizes na utilização da figura feminina para a composição de uma autêntica obra de arte gráfica.

As fábricas têxteis de Guimarães marcaram presença na exposição parisiense que celebrou o centenário da República francesa. A monarquia portuguesa, seguindo o padrão de atuação das monarquias europeias, não se associou oficialmente ao evento, mas tal não impediu que a firma António da Costa Guimarães & Filho («Fábrica do Castanheiro») estivesse representada no pavilhão português e fosse distinguida com uma medalha de prata pelos tecidos exibidos ao público entre expositores do Grupo IV e da Classe 31. O diploma recebido, impresso pela companhia Boussod, Valadon & C.^{ie}, integra a coleção da Fábrica do Castanheiro depositada no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, e é um hino à iconografia feminina, pela nota de explosiva celebração da Revolução Industrial.

Analisando mais detalhadamente, vemos o «Progresso», ilustrado por uma figura alada masculina que segura na mão direita uma trombeta e na mão esquerda um globo. O homem, sentado num trono sobre um carro-locomotiva, está acompanhado pelo anjo da paz, também ele sentado, e é conduzido pela «Europa» (figura feminina da frente olhando para trás), que se move sob escolta da força domada (*force domptée*) ilustrada por um leão e uma leoa, e de querubins com tarjas. Ladeiam o «Progresso» as nações da «Ásia», da «América» (que empunha um martelo e uma roda dentada), de «África» (com os seios desnudos) e da «Oceania» – retratadas por mulheres nativas.

As coroas gloriosas da «Ciência», das «Artes», da «Indústria» e da «Agricultura» compõem um frondoso friso carregado de símbolos (desde maços de carpinteiro aos cinzeiros de pedreiro, aos compassos, aos frutos, às

espigas de trigo, às pombas e pardais). A título de curiosidade, é possível encontrar muita desta simbologia na fachada principal da insigne Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

Uma nota final para o estacionário das fábricas têxteis que usavam a figura feminina na ilustração de cabeçalhos e rodapés, replicando, nos documentos contabilísticos, tais como faturas, recibos ou notas de encomenda, e que aqui ilustramos com um documento do arquivo da Fábrica do Castanheiro.



Diploma da Exposição Universal de Paris 1889, atribuído a António da Costa Guimarães (Fábrica do Castanheiro): 1889. AMAP.

Iconografia fabril

O mundo fabril apropriou-se da figura feminina, não só explorando o seu trabalho e saber-fazer, mas também a sua imagem. A mulher passou a ícone e a sua representação tornou-se emblema das fábricas têxteis. Fruto de visões masculinas, centradas na beleza e na alegria tipicamente minhota, exalta-se, em deambulações imagéticas, a ideia de uma mulher perfeita, invencível, intocavelmente forte e bela. A mulher do Minho, do campo, da casa e da fábrica.

Rainhas nos rótulos, escravas na fábrica. Protagonistas na imagem, as mulheres são expostas como modelos encantadores e tornaram-se expressão simbólica da narrativa industrial.

O feminino domina porque a fábricas são as mulheres. Replicam-se nos rótulos, nos emblemas, nos logótipos. Vemo-las com as suas rocas e os seus romãs. Percebemo-las na representação de sorrisos genuínos, gestos doces e pose de aristocratas.

As musas encantadoras da têxtil apresentam-se, quase sempre, em papeis que não viviam. Sentadas sobre tronos de rodas dentadas, empunhando fusos como cetros, deleitando o olhar sobre a paisagem onde não faltavam as fábricas, as chaminés e a fumaça, o castelo ou as coroas de glória. Não havia vida na cidade sem as mulheres, sem as fábricas.

As Festas Gualterianas e as fábricas. Dois cartazes alusivos às Festas Gualterianas destacam-se em toda a coleção pela apresentação de iconografia feminina relacionada com o mundo do trabalho. Ambos coincidem com a realização das exposições agrícolas e industriais de 1910 e 1923, dois importantes momentos para a história da cidade.

O cartaz de 1910 apresenta-nos uma fiandeira em trajas rurais, onde predominam o corpete verde e a saia carmim, usando sobre a cabeça uma coroa de ameias. A figura feminina, cuja aparência parece antecipar a iconografia republicana (a instauração da República ocorreu dois meses depois das festas), está sentada sobre uma âncora, símbolo da esperança, da firmeza, da estabilidade e da confiança. No fundo destaca-se na forma de círculo dourado, de um lado o castelo, do outro o pavilhão que acolheu a exposição.

O cartaz de 1923 retrata uma majestade fabril. A imagem é dominada pela figura de uma mulher vestindo uma túnica rubi estampada com o brasão da cidade. Usa sobre a cabeça duas coroas — uma de louros, outra de ameias - e empunha com a mão direita uma espada, que prolonga um ombro descoberto, e com a mão esquerda segura firmemente um escudo. Representa, numa figura única, a cidade de Guimarães, a fundadora Condessa de Mumadona e o rei D. Afonso Henriques.

Exposição Universal de Paris, 1889. No século XIX, a participação das fábricas de tecidos de Guimarães nas comitativas portuguesas às exposições universais levaram o nome da cidade a todo o mundo. Em 1889, Paris celebrou o primeiro centenário da República francesa e, embora alheadas, as monarquias europeias não impediram as representações nacionais. Portugal não foi exceção e Guimarães marcou presença nessa memorável exposição. António da Costa Guimarães & Filho («Fábrica do Castanheiro») fez sucesso e trouxe de Paris um diploma da Exposição Universal que é um hino à iconografia feminina de celebração à Revolução Industrial.

O diploma certifica a medalha de prata atribuída à fábrica de Guimarães. O quadro representa a Revolução Industrial. O «Progresso», uma figura masculina alada empunhando uma trombeta, segue sentado sobre um carro-locomotiva conduzido pela «Europa», movendo-se sob efeito da força domesticada (o leão ladeado por querubins, alguns deles envergando tarjas). Acompanham o «Progresso» as nações da «Ásia», da «América», de «África» e da «Oceania», e todo o movimento é envolvido pelas coroas gloriosas da «Ciência», das «Artes», da «Indústria» e da «Agricultura». Encontramos idênticas referências na fachada principal da insigne Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

Texto introdutório ao segundo painel «Iconografia fabril», da exposição
«A Mulher na Indústria Têxtil»

III. Vítimas do analfabetismo

Em 1881, ano em que foi fundada, a Sociedade Martins Sarmento (SMS)⁴, a taxa de analfabetismo no distrito de Braga representava 81,1% da população. Em 1890, essa taxa era superior à média nacional e abrangia 85,2% de analfabetos. Quando em comparação com os concelhos industriais vizinhos e a capital de distrito, só o concelho de Fafe apresentava um número de analfabetos residualmente superior ao verificado em Guimarães:

Taxa de analfabetismo nos concelhos industriais do distrito de Braga.

Distrito	Braga	Guimarães	Vila Nova Famalicão	Fafe
80,6	69,1	85,2	79,2	85,4

Fonte: Censos de 1890.

Analfabetismo em Portugal e Guimarães no ano de 1899.

	Portugal	Guimarães
Densidade	54.8 hab./km ²	199hab./km ²
Analfabetos	72%	85,2%
Habitantes (total)	5.049.729	49.695

Fonte: Boletim da Sociedade Martins Sarmento (1899). 16 (4), p.166.

A questão do analfabetismo ocuparia muito tempo, reflexão e artigos publicados entre 1884 e 1911 na Revista de Guimarães. Nestes discutia-se a ausência e ineficiência das políticas de instrução popular, criticava-se a falta de estratégia do país no combate ao analfabetismo e tomava-se consciência da dimensão do problema no concelho de Guimarães. Nas suas “Crónicas”, Avelino Germano (1842-1908), denunciou a ausência da instrução popular generalizada e o adiamento, por duas décadas, da tão ambicionada escola industrial em Guimarães.⁵

Também Eduardo de Almeida (1884-1858) vai escrever sobre o tema e colocar o poder político da época perante as evidências. Depois de analisar as 80 freguesias que compunham o concelho de Guimarães denunciou que em 38 delas não funcionava qualquer escola oficial e que “entre serviçais, domesticas, lavradeiras e operarias, sobretudo nas freguesias não urbanas, 90 por cento não sabem ler.”⁶

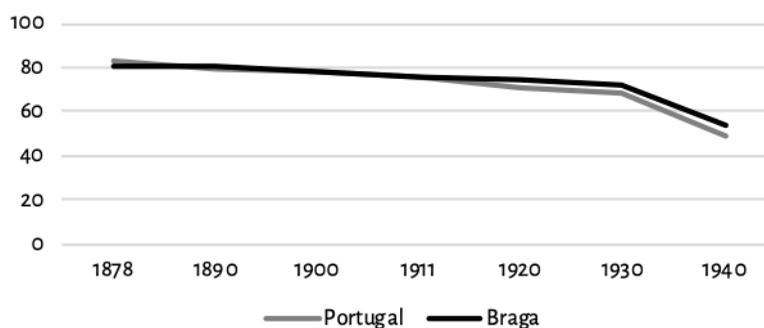
4 Instituição filantrópica que assumiu como missão fundadora a instrução popular: “É creada n'esta cidade de Guimarães uma sociedade promotora da instrução popular intitulada - Sociedade Martins Sarmento - tendo por fins principais: (1) Promover por todos os meus legaes a criação de escolas e institutos de instrução popular quer primaria, quer secundaria, quer profissional; (2) Promover o adiantamento dos alumnos, distribuindo premios aos que tiverem maior aproveitamento, e aos professores que mostrarem maior solicitude no ensino.” (Estatutos da Sociedade Martins Sarmento, disponível em linha: <https://www.csarmento.uminho.pt/sms/documentos-da-sociedade-martins-sarmiento/>)

5 “(...) continuemos todos com igual ardor na propaganda da instrução; vamos dando aos nossos artistas as primeiras noções de desenho, despertando n'elles o amor e a necessidade d'estudo; procuremos fazer-lhes empregar as suas horas de folga nas leituras da bibliotheca, onde se instruem e moralisem; desviando-os dos logares onde se embrutecem e percertem. Lancemos mãos das conferencias, das leituras publicas sobre assumptos que prendam com os trabalhos proprios de cada um; procuremos espalhar com mãos largas a instrução, porque sí por ella se póde levantar o nivel moral da nação, só por ella poderemos impôr-nos á consideração propria e d'estranhos.” (Avelino Germano, “Crónica”. Revista de Guimarães. 1 (4) out.-dez. 1884, p. 216-220).

6 Almeida, Eduardo de. (1908). A Instrução popular no concelho de Guimarães. Revista de Guimarães. 25 (2) abr.-jun. p. 57-74; 25 (3-4) jul.-dez., p.99-112.

O inegável empenho da SMS na luta pela instrução pública e combate ao analfabetismo não foi suficiente para reverter o cenário estatístico e transformar a realidade. Em matéria de analfabetismo Guimarães encontrava-se numa posição desfavorável em relação ao país, à região Norte, ao Minho e aos concelhos vizinhos. A circunstância de disputar com o concelho rival de Braga a liderança territorial, política, económica e social não se compadecia com tal situação.⁷

A ausência de instrução numa fase de industrialização, como aquela que se estava a viver na região, penalizaria a indústria local. Ainda assim, e ao longo de décadas, o analfabetismo manteve-se elevado e alinhado pelas taxas nacional e distrital. Seria necessário aguardar pelos anos 30 do século XX para se registar uma descida mais significativa, mas os progressos foram muito tímidos para justificarem entusiasmos ou perspetivar a mudança.

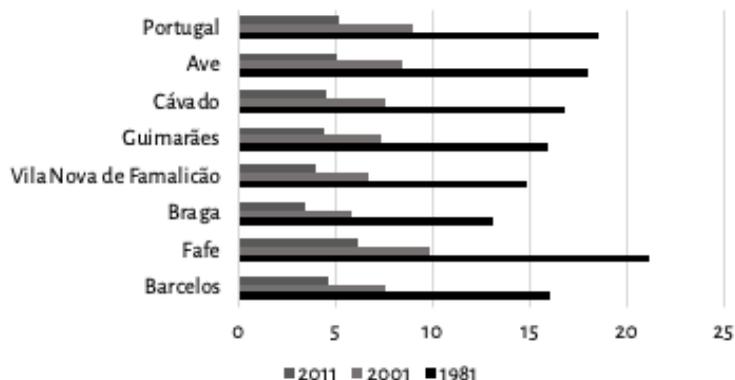


Fontes: Censos (1878 a 1940), Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre 1981 e 2001 a taxa de analfabetismo reduzirá, aproximadamente, para metade, alinhando-se os concelhos industriais do vale do Ave pelos melhores valores nacionais. Apesar de mais significativas, as melhorias eram ainda insuficientes para posicionar Portugal numa Europa que apresentava taxas de alfabetização próximas dos 98% e 100% (o que em países como a Noruega já acontecia desde finais do século XIX...).

⁷ Sociedade Martins Sarmiento, Boletim, 9 de março de 1899, 16(4) out.-dez., pp.161-195.

Comparação da taxa de analfabetismo entre 1981 e 2011, em Portugal, regiões do Ave e Cávado e concelhos predominantemente têxteis (total em %).



Fonte: Recenseamentos gerais da população 1981, 2001 e 2011.

Ao atraso estrutural do país correspondia um elevado analfabetismo na população em geral, contudo, importa sublinhar que a maioria dos analfabetos contabilizados eram do género feminino. Para além da falta de instrução, as raparigas e as mulheres eram sistematicamente afastadas do treino técnico, logo, só se aproximariam das máquinas para operá-las – recebendo instrução básica e limitada a operações muito simples que assegurassem a produção em bom ritmo e pouco mais.

Quando, em 3 de dezembro de 1884, o ministro António Augusto Aguiar, emendou a mão decretando⁸ a criação da escola industrial em Guimarães e cumprindo (ainda que fortemente pressionado para tal) uma promessa política com 20 anos de atraso, a população vimaranense teve bons motivos para acreditar numa mudança.

Na nova escola seriam ministradas as disciplinas de aritmética, geometria elementar, contabilidade industrial, desenho industrial e química industrial. A disciplina de desenho industrial, que já era ensinada em Guimarães com apoio da SMS, também seria integrada no plano de estudos da nova escola. As aulas começaram no dia 14 de janeiro de 1885 com 153 alunos inscritos, 43 dos quais raparigas.⁹ No ano letivo de 1888/1889 o total de alunos inscritos era de 222, 36 dos quais raparigas.

⁸ *Diário do Governo*, n.º 282, 11 de dezembro de 1884.

⁹ Relatório sobre o movimento da Escola Industrial de Guimarães, 1888, fls. 26.



Rapazes na aula (1920?). Guimarães, Domingos Alves Machado. M-A.G.D.P.

A frequência de aulas na escola industrial pelas raparigas, não foi muito expressiva, mas o número de alunas em Guimarães era superior ao que encontramos em estabelecimentos de ensino industrial no Norte na mesma época. As raparigas frequentavam, preferencialmente, as disciplinas de matemática, química, desenho e francês.

Sobre os resultados obtidos pelo primeiro grupo de alunas da Escola Industrial existem livros de matrículas e exames e outros documentos em arquivo histórico que testemunham a passagem das raparigas por aquele estabelecimento de ensino. O relatório de movimento da escola é uma dessas fontes. Foi redigido em 1888 pelo então diretor, o médico Joaquim José de Meira (1858-1931), e nele constam dados sobre o número de alunos inscritos em exames, frequência das disciplinas e resultados obtidos (incluindo a atribuição de prêmios pecuniários para os melhores alunos e alunas).

Em julho de 1885, dos 164 alunos matriculados 56 realizaram exame a desenho tendo sido premiados seis rapazes e uma rapariga (Josefa de Jesus Vale, a quem foi atribuída uma menção honrosa).¹⁰ No ano de 1886 não há referência a prêmios atribuídos, mas em 1887, num total de 153 alunos, 59 solicitaram exame e, destes, 16 alunos foram premiados, entre os quais a aluna Maria Lobo Leite Castro, distinguida com uma menção honrosa na disciplina de desenho.¹¹

¹⁰ Nesse ano, um tecelão de nome Domingos Pereira de Simão recebeu um prêmio de 30\$000 por se ter destacado como o melhor aluno em aritmética, geometria e contabilidade. (Joaquim José de Meira, Relatório sobre o movimento da Escola Industrial de Guimarães, 1888).

¹¹ Relatório sobre o movimento da Escola Industrial de Guimarães, 1888, fls. 28.

Em 1888, entre os alunos premiados constava Maria Pinto de Queiroz que recebeu uma menção honrosa pelo trabalho desenvolvido na disciplina de desenho industrial (ornato).¹²

A instrução básica não chegava a todas as crianças de Guimarães. Alguns, frequentavam as então designadas “escolas oficiais” (existentes na cidade e em algumas freguesias do concelho), outros tinham aulas particulares, outros ainda seguiam para o seminário ou ingressavam nos colégios. As classes mais pobres ficavam, tendencialmente, excluídas desse circuito, sobretudo as raparigas que constituíam uma força de trabalho multifacetada. Algumas porém, teriam a sorte de encontrar o seu lugar num colégio feminino e receber cuidados de instrução e educação que lhes assegurariam um futuro diferente (embora a esmagadora maioria delas não fosse além do casamento e da gestão da casa e da família).

O ensino e a educação marcavam a agenda pública na Guimarães de finais do século XIX e pelos jornais da cidade corriam longos artigos refletindo sobre “a grande questão da atualidade”, aquela que traduzia “a vida ou a ruína da sociedade” e para a qual parecia não existir, nem solução, nem vontade política. Uma situação incompreensível que o diretor do jornal *Religião e Pátria* lamentou na *Folha Única*, que celebrou a Exposição Industrial: “Ora, o que faz o artista, o industrial e o commerciante, e o que, conseqüentemente, dá maior relevo às artes, maior desenvolvimento às industrias, maior largueza ao commercio, é a instrução, é a educação.”¹³

No mesmo ano (1884), Joaquim José de Meira, descreveu a escola portuguesa da sua época no artigo *Higiene Local*¹⁴, publicado na *Revista de Guimarães*. A sua exposição não podia ser mais eloquente acerca da realidade que então se vivia:

Depois, principia a criança a frequentar a escola. Entre nos, apesar de tudo quanto se tem decretado, não tem ela, respectivamente a educação physica dos alumnos, o mais leve ponto de semelhança com aqueles celebres gycmasios dos primeiros povos, ceados no empenho de conseguirem O maximo grau de robustecimento. Em muitas, senão quasi todas, vemos as crianças estioladas, curvadas sob o peso dum trabalho prematuro e intenso, vivendo pelo cerebro e para o cerebro, sem dispensarern a menor parcella de tempo ao estudo dos musculos. D'umas espeluncas impossiveis, onde não ha luz, nem ar, nem nada, vemos diariamente sahir uns pequenos velhos, umas faces sem cor, uns corpos enfezados, tortos, rachiticos ; um grupo de pequenos invalidos, mas quasi nunca um bando de crianças na plena e radiosa expansão da sua sande e da sua mocidade. A escola portugueza idiotisa quasi sempre pelo terror e mata pela inacção.

Joaquim José de Meira, *Higiene Local*, em *Revista de Guimarães*, 1884, p.132.

No início do século XX mantinha-se o cenário: homens e mulheres analfabetos, crianças roubadas à infância, empurrados para o trabalho fabril incorporando batalhões de miseráveis que alimentavam o fosso entre pobres e ricos. Na sua edição de 31 de janeiro de 1904, o jornal *O Povo de Guimarães* publica, na coluna *Tribuna Operária*, um artigo intitulado «Luz», da autoria de um anónimo que assina sob pseudónimo *Fiel (operário)*.¹⁵ Ao longo do texto

12 Idem, fls. 37.

13 *Folha Única*, Redação do jornal *Religião e Pátria*, 1884, p.6. Em 1884, os jornais que se publicavam em Guimarães reuniram-se para editar a *Folha Única*, um exemplar dedicado à abertura da Exposição industrial de Guimarães e no qual todos contribuíram com palavras de incentivo à economia local, mas também de denúncia contra o desapego e desprezo com que o Governo, instalado em Lisboa, tratava os concelhos da província.

14 MEIRA, Joaquim José de. (1884). *Higiene local*. *Revista de Guimarães*, 1 (3) jul. set. 1884, p. 130-135.

15 “Tribuna Operária: Luz”. *Jornal O Povo de Guimarães*, 31 de janeiro de 1904, n.º 5, 1.º ano.

o autor compara a instrução e o ensino à luz e ao alimento, e o analfabetismo às trevas e à fome - «A instrução é tao necessária ao homem como o próprio pão», escreve o *Fiel*. O analfabetismo, profundo em Guimarães como no país, afetava, sobretudo, «as classes operárias» e, entre estas, as mulheres:

E vós, também, queridas companheiras! A quem o destino e a necessidade vem roubar ao sacerdocio do lar, arremessando-vos para o trabalho insano de uma fabrica, e vós, seja qual fôr o vosso estado, deveis também procurar instruir-vos, alcançando a instrução por qualquer meio, porque vós, hoje filhas, amanhã esposas, depois mães, também tendes direito a entrar no grande festim social! Luz e muita instrução para todos, é que se precisa; porque também ella há de fazer raiar no horisonte o dia da redempção operaria.

Fiel (operário), “A Luz”, jornal *O Povo de Guimarães*, 31 de janeiro de 1904.

Também nas páginas do jornal operário *O Fiandeiro*, o tema da mulher e a sua instrução¹⁶ foi abordado aprofundadamente por Vitorino Ribeiro de Miranda. Numa das suas colunas, exaltando os valores da cartilha marxista, lembrou o quanto uma operária instruída era imprescindível à luta de todos os operários, convocando os cenários de desgraça para exaltar a revolta e a mudança:

Há muito para fazer ainda, principalmente no norte d'este malfadado paiz, para incutir no cérebro da mulher que trabalha, que produz como o homem, e que além d'isso tem a seu cargo a vida domestica e a educação dos seus filhos.

Que educação podem estas mulheres dar a esses pequenos seres, se ellas desconhecem por completo os mais salutaes princípios do socialismo, d'essa ideia sublime e grandiosa que em si encerra o que há de mais bello e majestoso para toda a humanidade?

Vitorino Ribeiro de Miranda, A mulher e a sua instrução, *O Fiandeiro*, 29 de agosto de 1897.

Nas páginas do mesmo jornal, mas em 1909, uma mulher, *Rosa Lina* (ou seria um homem sob pseudónimo?), assinou na mesma coluna – *Vida Proletaria* – um novo artigo sobre as «Mulheres de Fábrica», para explicar as causas do flagelo do analfabetismo:

Mas se não temos educação, se somos o typo de mulher ignorante que sendo escrava do homem vive constantemente humilhada desconhecendo por completo quaes sejam os seus dirteitos e deveres a culpa não é nossa; criadas desde a infância dentro da fabrica não tivemos outra escola que não fosse o trabalho, e todos sabem que na oficina, não há mestre que eduque, há o encarregado que quer que se produza.

Rosa Lina, «Mulheres de Fábrica», *O Fiandeiro*, 3 de julho de 1909, n.1.

¹⁶ “A mulher e a sua instrução”. *O Fiandeiro*, n.º 5, 29 de agosto de 1897.

Nas décadas seguintes a situação não sofreu alterações significativas. A cultura patriarcal e o analfabetismo, associados a uma cultura nacional de exaltação da pobreza como virtude, não criaram condições para qualquer esforço emancipatório das mulheres.

Para uma melhor compreensão da dinâmica do analfabetismo em Portugal e o comportamento do fenómeno no distrito de Braga, apresentam-se nas tabelas seguintes as taxas nacionais e distritais, entre 1890 e 1950 (primeira tabela) e 1960 e 2011 (segunda tabela). A informação está distribuída por géneros o que nos permite verificar a diferença entre a prevalência do analfabetismo nas mulheres e nos homens ao longo do período apresentado. *Elas* sempre em clara desvantagem.

Taxa de analfabetismo (%) por zona de residência (maiores de 10 anos) e género – 1890-1950

	1890			1900			1911			1920			1930			1940			1950		
	HM	H	M																		
Continente	76,2	67	84,6	72,8	62,6	81,8	66,9	62,4	78	64,9	55,6	72,9	58,5	54,1	71,9	51,9	42,3	60,6	41,6	32,5	49,7
Braga	77,4	62,6	89	71,8	54,3	85,3	69,7	53,6	82,4	68,4	53,1	80,2	64	49,7	75,7	56,7	42,3	68,8	46,6	33,2	58,3

Fonte: INE- Censos, séries históricas. Taxa de analfabetismo (%) por local de residência e sexo.

Taxa de analfabetismo (%) por zona de residência (maiores de 10 anos) e género – 1960-2011

	1960			1970			1980			1991			2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	33,1	x	x	25,6	19,2	31,2	18,3	13,2	23	10,9	7,5	14,1	8,9	6,2	11,5	6	3,4	6,8
Braga (Ave) (*)	36	x	x	25,9	17,5	33,1	17,7	11,6	23,2	10,2	6,4	13,7	8,2	5,3	10,9	4,7	3	6,1

Fonte: INE- Censos, séries históricas. Taxa de analfabetismo (%) por local de residência e sexo. (*) A taxa indicada em 2011 corresponde à região do Vale do Ave (inserida no distrito de Braga).

Na década de 1930, a sociedade portuguesa mantinha-se fortemente tradicionalista, conservadora e patriarcal. O pai decidia que filhos frequentariam a escola, excluindo, em regra, as raparigas dessa equação. Na melhor das sortes, as raparigas aprendiam a ler, a escrever e a contar, mas quaisquer aspirações para prosseguirem estudos seriam cerceadas pelo trabalho – em casa, no campo, na fábrica, sempre como serviçais.

A educação popular não recebia qualquer estímulo oficial (Mónica, 1977), mas do lado do povo também não se verificava qualquer manifestação de ambição nesse sentido. Um povo entorpecido favorecia a estratégia de um *Estado Novo* desinteressado da indústria e reticente quanto aos benefícios resultantes da educação, “em última análise, uma percentagem significativa da população não estava de facto «interessada» em mandar os filhos à escola”. (Mónica, 1977, p. 350)



Grupo de alunas e professores do Colégio de Vila Pouca (décadas de 1920/1930). Guimarães, Domingos Alves Machado. M-A.G.D.P.

Em 1970, alunas estagiárias da Escola do Serviço Social estudaram os contextos do trabalho operário feminino no concelho de Guimarães e entrevistaram 254 operárias das freguesias de S. Sebastião, S. Paio, Oliveira, Costa, Creixomil, Urgeses, Taipas, Brito, Nespereira e Moreira de Cónegos. Os resultados foram publicados pela Comissão de Planeamento da Região Norte (CPRN)¹⁷ e o relatório, embora apontando uma evolução – a maioria já sabia ler e escrever – revelava que a instrução não passava da 4.^a classe, apenas cinco mulheres tinham chegado ao 6.^o ano e ainda havia a lamentar 27 analfabetas entre o grupo de entrevistadas. (Alves, 2002, p. 71)

A diminuição das taxas de analfabetismo manter-se-ia muito lenta entre 1960 e 1990, e mais acentuada entre 2001 e 2011. A introdução da obrigatoriedade do ensino e o combate ao trabalho infantil conduziram aos primeiros resultados positivos em 120 anos. Só muito recentemente, Portugal atingiu médias acima dos 95% de alfabetizados, incluindo as mulheres.

¹⁷ Comissão de Planeamento da Região Norte - A situação profissional e familiar das operárias do concelho de Guimarães. Porto: CPRN, Julho 1973.

Vítimas do analfabetismo

Estima-se que em 1878 a taxa de analfabetismo em Portugal afetasse cerca de 85% da população. No censo de 1890 a taxa de analfabetismo em Portugal cifrava-se nos 76,2%, mas no distrito de Braga atingia 89% das mulheres (77,4% dos homens).

Em 1900 cerca de 73% dos maiores de 10 anos eram analfabetos, mas 85,3% eram mulheres.

O conservadorismo, a mentalidade da época e a pobreza congregaram-se para afastar as meninas da escola, sobretudo as mais pobres, já que as filhas das famílias de classes mais abastadas acediam à instrução e, algumas delas, até prosseguiram os seus estudos. Foi necessário mais de um século para Portugal atingir a alfabetização de 95% da população. Apesar de todos os esforços, os censos de 2011 indicava uma prevalência de 6,1% de mulheres analfabetas no Vale do Ave.

A instituição que mais se empenhou em Guimarães pela instrução pública e combate contra o analfabetismo (nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX) foi a Sociedade Martins Sarmento. A esta entidade se deve a instalação da Escola Industrial Francisco Holanda que iniciou o seu primeiro curso em janeiro de 1885 contando com 153 alunos, 14 dos quais raparigas. Muitas meninas distinguiram-se nos exames de Química, Matemática e Física desta escola e as suas conquistas foram divulgadas pela imprensa da época.

Guimarães dispunha de aulas, escolas e professores particulares. Funcionaram no concelho, entre outros, um instituto, um curso de desenho, uma escola militar, cursos em regime noturno (da escola industrial), e uma escola móvel.

Os alunos mais pobres recebiam apoios (da Sociedade Martins Sarmento) que distinguiu o desempenho escolar sem olhar a géneros.

Texto introdutório ao terceiro painel «Vítimas do analfabetismo», da exposição
«A Mulher na Indústria Têxtil»

IV. Na fábrica

Mais do que uma aspiração, a fábrica surgiu no horizonte de milhares de rapazes e raparigas do Vale do Ave rural como uma possibilidade para ascender socialmente. Um degrau a mais que concedia avanço significativo numa escalada difícil por uma vida melhor. Trabalhar na fábrica, para quem só conhecia o duro trabalho na terra, era um progresso, uma promoção e um motivo de vaidade. O salário, pago inicialmente à semana, por jornada, e mais tarde mensalmente, foi sempre maior para os homens e menor para as mulheres e crianças.

As fábricas, frias, sujas, negras, poluídas, ruidosas, infestadas de ratos e de insetos, abjetas, saturadas de odores e algodão em suspensão, eram espaços fechados, com poucas ou nenhuma janela. A fábrica, ao contrário do campo, era uma reclusão onde se entrava criança e saía velho. A fábrica era uma tortura, um castigo, mas antes disso do que lavar.

Aos primeiros sintomas da industrialização, verificou-se um autêntico êxodo de mão de obra francamente disponível para trocar o arado pelos contínuos e teares. Mas quem eram os operários que se enfileiravam à porta das novas fábricas que nasciam promissoras na cidade e por todo o concelho? Não há muitos registos desse tempo e os arquivos industriais, quando existem, não incluem minúcias com os recursos humanos. Contudo, pelo estudo da caderneta de admissão de menores e mulheres nas fábricas e oficinas de Guimarães (1898 a 1913), somam-se 37920 admissões entre 1898 e 1916.¹⁸ O documento, não só nos revela a identidade dos *operários desconhecidos*¹⁹ – relembremos: jovens mulheres e crianças – como a filiação, a idade, a terra de origem (muitos eram deslocados dos concelhos vizinhos de Fafe, Vila Nova de Famalicão, Braga, Santo Tirso), a fábrica ou oficina na qual ingressavam e como ali chegavam (muitas das crianças eram entregues pelos pais aos cuidados do patrão ou do encarregado da fábrica, pensando, certamente, que dessa maneira os libertariam da fome e da miséria que tinham de suportar em casa. Muitas dessas crianças chegavam em grupos de dois ou três irmãos e irmãs).

Em 1884, trabalhavam nas quatro principais indústrias de Guimarães, 4450 operários, destes, 1836 mulheres e 130 raparigas²⁰, sendo expressiva a presença feminina no setor têxtil (que abarcava a fiação de linho e algodão, tecidos e cotins).

¹⁸ Livro de registo de admissão de menores e mulheres nas oficinas e fábricas do concelho de Guimarães entre 1898 e 1913. Administração do Concelho de Guimarães. (AMAP).

¹⁹ Esta expressão foi utilizada, pela primeira vez, no artigo “Guimarães, cidade industrial? Entre a memória e o esquecimento”, para reclamar o direito à dignidade da memória dos operários, assim como existe o direito à memória do *soldado desconhecido*. (Nogueira, P. R., Martins, D., Fiolhais, C., e Santos, G. (2017b). Guimarães, cidade industrial? Entre a memória e o esquecimento. Em: Atas do II Congresso Internacional - As Cidades na História; Paineis: Cidade Industrial III - Cidade Industrial. Vol. III. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães. 507-525.)

²⁰ Meira, J. J.; Sampaio, A. Relatório da Exposição Industrial de Guimarães (1884). Sociedade Martins Sarmento.

Relação da mão de obra por setores da indústria de Guimarães em 1884

Setores	nº total de operários	Homens	Mulheres	Menores		
				Rapazes	Raparigas	
Têxtil	Fiação (linho)	1559	-	1559	-	-
	Tecidos	1085	750	150	115	70
	Cotins	710	500	100	50	50
Cutelarias	433	361	-	72	-	-
Calçado	373	200	7	166	-	-
Curtumes	300	200	20	70	10	10
Total	4450	2011	1836	473	130	130

Fonte: Relatório da Exposição Industrial de Guimarães (1884). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Acrescentando ao setor têxtil as áreas de produção de linha e a fabricação de roupa branca, o número total de mulheres nesta indústria subia para 2402.

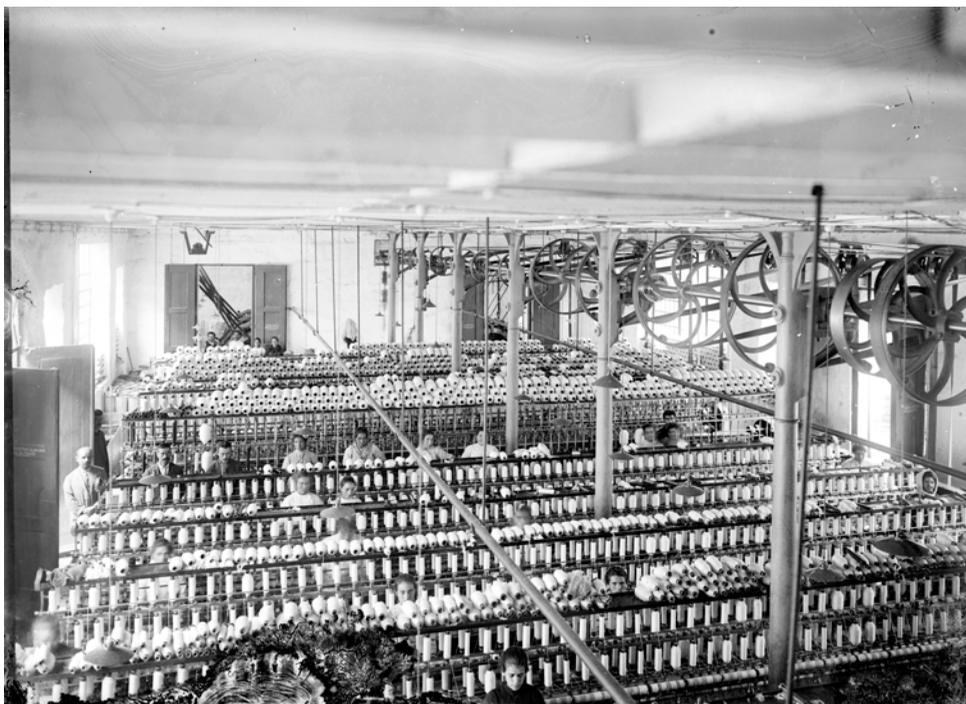
Operários ao serviço da indústria têxtil, em Guimarães (1884)

Setor	Homens	Mulheres
Fiação	0	1559
Produção de linha	0	100
Tecidos	865	220
Cotins	550	150
Roupa branca	0	373
Total	1415	2402

Fonte: Nogueira *et al.* (2017) adaptado de Sampaio e Meira, Relatório da Exposição Industrial de Guimarães, 1884.

Fosse a fabricação inserida no mundo rural ou em território urbano, uniam-se os dois mundos pelo perfil comum de um operariado que compunha uma “legião de famintos e mulheres desamparadas”²¹. A única diferença – e que já seria significativa – radicava na circunstância de o operariado urbano, sobretudo o que operava no Porto, ser mais escolarizado, logo, mais esclarecido e reivindicativo.

²¹ Inquérito sobre o Estado da Indústria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respective Operários. Ordenado por Decreto de 13 de Dezembro de 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889



Operárias num salão de fição (décadas de 1920/1930). Autor desconhecido. M-A.G.D.P.

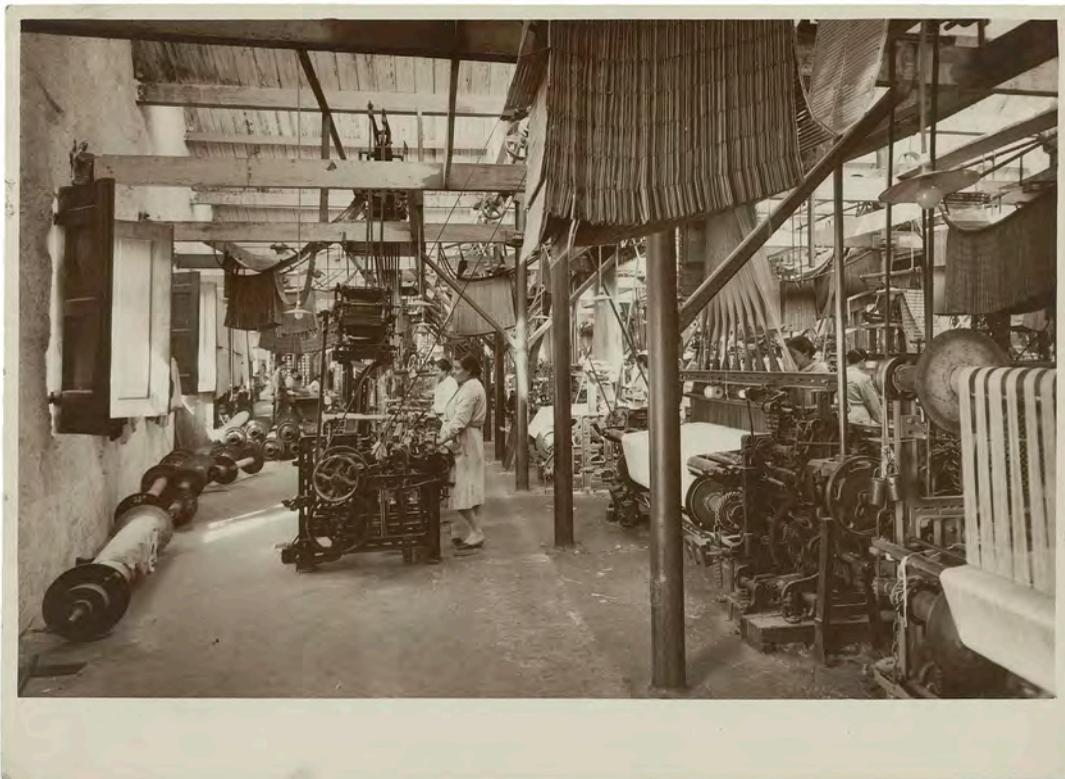
A miséria, a pobreza e a exploração incidindo mais sobre as mulheres e as crianças, convertiam a fábrica num contexto à margem da sociedade, onde o sofrimento e o trabalho não conheciam fronteiras, mas antes, se mesclavam:

As fábricas, no regime anárquico em que a lei as deixa, são verdadeiros propulsores de miséria sob todas as formas. Crianças de ambos os sexos, desde os sete, desde os oito, desde os nove anos, são obrigadas a um trabalho que começa com o dia e, se de verão, acaba com ele, de inverno protraí-se até às oito horas da noite. Desta vida, da promiscuidade, da aprendizagem do vício, formam-se criaturas perdidas e brutas. Em regra, tudo é analfabeto, habitualmente as mulheres passam de mão em mão. Um fabricante disse-nos que, em vendo um operário ler punha-o na rua, outro que na sua fábrica as mancebias começavam aos treze anos. Confessou-nos tudo isto de um modo natural e simples, queixando-se-nos ao mesmo tempo os fabricantes de que os operários passassem de fábrica em fábrica, flutuando sempre, incapazes de se enraizarem. Como poderia ser de outra forma? Escolas, refeitórios, casas, socorros, prémios, separação de sexos, são coisas que se pode dizer não existem.”

Relatório Industrial (Porto), 1881, p. 137



Operárias no salão de tecelagem da Fábrica do Castanheiro (décadas de 1940/1950). Autor desconhecido. AMAP.



Operária junto ao tear mecânico Jacquard repousa o olhar fora da janela. Fábrica do Castanheiro (décadas de 1940/1950). Autor desconhecido. AMAP.



Joaquina Ribeiro, a bela operária têxtil sorri na foto que ilustra o seu «Cartão de Identidade» n.º 10.371 (1948). CP-TR.

Veremos, numa das próximas secções deste artigo, que o trabalho na fábrica representava, para muitas raparigas, uma certa emancipação do poder paternal e libertação do *jugo* a que estariam submetidas em casa. Na realidade, trocavam uma escravatura por outra.

Houve um tempo em que a presença das mulheres nas fábricas foi mesmo contestada pelos seus colegas operários. Nas lutas que empreenderam pela redução e fixação do horário de trabalho e pela definição do preço da mão de obra, os operários do Porto não só contestaram o trabalho mais barato dos operários do Vale do Ave, como se manifestaram a favor de um impedimento das mulheres ingressarem na indústria. O motivo era consistente com a tradição, o conservadorismo e a cultura patriarcal vigente: aqueles operários temiam que abandonando a sua “missão de diretora do lar e educadora dos filhos” elas não fossem capazes de realizar “as almejadas aspirações de transformar a mulher em providencia da família e mestra da humanidade, cerceando-lhe a liberdade e manietando a sua independencia”.²²

²² Inquérito sobre o Estado da Indústria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respective Operários, Ordenado por Decreto de 13 de Dezembro de 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

A pretexto de uma reivindicação justa – redução do horário de trabalho, melhor justiça salarial – as mulheres operárias também eram observadas como um obstáculo na luta da classe à qual (também) pertenciam e, pela simples razão de serem mulheres, eram discriminadas por isso.

Em 1890, em resultado da Conferência de Berlim, a Alemanha convocou a França, a Inglaterra, a Bélgica e a Suíça a subscreverem uma convenção que visava regulamentar o trabalho industrial das mulheres e menores. Reconheciam os proponentes que as mulheres eram mais debilitadas e, por isso, *inferiores* relativamente aos seus colegas homens, portanto, justificava-se um tratamento especial e adequado a essa condição.

Portugal juntou-se ao grupo em 1891 quando, pelo punho de Bernardino Machado, foi assinada a lei da proteção no trabalho de mulheres e menores, de 14 de abril. A lei estabelecia como idade mínima de admissão os 10 anos, proibia o trabalho noturno (a mulheres e menores) e, entre outras normas, impunha o descanso nas quatro semanas após o parto, mas estas regras, introduzidas na legislação laboral dos diversos países europeus, Portugal incluído, não teve repercussão prática. (Alves, 2002, p.65)

Se, em relação às regras, a legislação abundante tinha na prática uma inaplicabilidade intolerável, a hierarquia salarial não representava um problema menor. Efetivamente, os homens e os rapazes (mesmo em condição de aprendizes) eram privilegiados com melhores salários. As mulheres e as raparigas recebiam salários menores, pelo mesmo trabalho e os mesmos horários, justificados por critérios que ninguém questionava. A regra era aplicada na indústria têxtil, assim como noutros setores - “um exemplo, entre muitos outros, é a indústria do calçado de Guimarães, onde as mulheres e as crianças são pagas ao dia e os homens à tarefa.” (Cabral, 1977, p. 433)

As *carreiras* das mulheres eram mais curtas do ponto de vista salarial (Cabral, 1977, p. 436) e o parco salário desencorajava as mulheres mais velhas a permanecerem na fábrica. Cediam, assim, lugar às raparigas, que podiam treinar antes de partirem, e que auferiam salários consideravelmente menores.

Hierarquia salarial em 1916 nos setores de tecelagem e fiação

Grupo etário (anos)	Tecelagem		Fiação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
< 12	-	\$420	\$860	\$620
12-15	-	\$990	1\$320	1\$870
16-20	-	1\$670	2\$050	1\$800
21-25	-	1\$850	2\$950	1\$850
26-30	3\$850	1\$650	2\$340	2\$200
31-35	3\$040	1\$000	2\$900	1\$850
36-40	3\$750	1\$370	2\$840	1\$700
41-45	3\$830	1\$500	3\$450	2\$200
46-50	3\$990	2\$000	4\$000	2\$000
51-55	2\$750	1\$600	2\$840	-
56-60	4\$950	-	3\$840	-
61-65	-	-	4\$950	1\$500
66-70	-	-	-	1\$450

Fonte: Adaptado de José Villaverde Cabral, “Situação do operariado nas vésperas da implantação da República”, 1977, p. 437.

Por outras palavras, não há praticamente encorajamento algum a que as mulheres fiquem na fábrica: o patronato está essencialmente interessado, sobretudo no sector tecnologicamente mais avançado da fiação, nas raparigas das famílias camponesas até à idade de casar, altura em que voltam ao trabalho do campo e da casa. Tudo joga, pois, como era de esperar, no sentido de perpetuar a pretensa marginalidade do trabalho infantil e feminino (o que corresponde, fora da fábrica, a perpetuar a estrutura familiar tradicional), perpetuando assim, por sua vez, a dupla vantagem, para o sistema, dos baixos salários e da paz social, servindo ainda esta última de alimento aos primeiros.

Manuel Villaverde Cabral, *Situação do operariado nas vésperas da implantação da República*, 1977, p. 437.

Em *Portugal ignorado: estudo social, económico e político*, Léon Poincard (1912) refere, como exemplo prático de uma unidade fabril têxtil que praticava a discriminação salarial entre géneros, a Fábrica de Campelos, em Guimarães. Nos seus estudos, Poincard concluiu que os 150 operários ao serviço daquela unidade auferiam salários que variavam entre os 500 réis (homens) e os 200 réis (mulheres), embora ambos cumprissem uma jornada diária de trabalho de 11 horas.

Em matéria salarial a distinção entre vencimentos para homens e para mulheres permanecerá como um tópico na luta feminina pela igualdade de direitos e ainda hoje, em pleno século XXI, é uma das principais causas feministas, uma vez que abrange todos os setores de atividade, incluindo a representação cívica em organismos do Estado e nos Governos, mantendo-se como um grave problema que a Europa, e o mundo, continuam incapazes de superar.

Na fábrica

Para muitas famílias de Guimarães as fábricas foram a solução encontrada para poupar os filhos da miséria. No século XIX, a proliferação de fábricas por toda a região abriu as portas à admissão de crianças e jovens. Chegavam em grupos de irmãos. A habilitação maior para se arranjar um emprego na fábrica era ser filho de um tecelão, de uma fiandeira ou ter um «empenho» de alguém influente.

A disponibilidade de mão de obra barata — mulheres e crianças trabalhavam o mesmo tempo que os homens, mas os seus salários eram francamente inferiores — reforçou o recrutamento de operários de palma e meio.

Rapazes e raparigas com idades a partir dos 10 anos (e menos) eram distribuídos pelas fileiras de contínuos, cardas e teares. A maior força de trabalho era feminina. Nos salões de tecelagem e fiação, as mulheres entrincheiravam-se entre as máquinas enfrentando jornadas de trabalho de 12 e 14 horas, em pé, mesmo que estivessem grávidas.

O trabalho era duro, mas muitos preferiam a fábrica à agrura do campo. As rotinas diárias incluíam longas caminhadas a pé, debaixo de sol ou de chuva, fizesse dia ou noite. Centenas de mulheres e de homens percorriam quilómetros entre a casa onde viviam e a fábrica onde passavam toda uma vida.

Texto introdutório ao quarto painel «Na fábrica», da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

V. «As mulheres de fábrica»

Chegavam ainda crianças, cresciam raparigas expostas aos perigos de um ambiente dominado por homens (o patrão, os filhos do patrão, os encarregados, os operários...). Abusadas, agredidas, violadas, insultadas, exploradas e discriminadas. Indefesas e humilhadas, as operárias da indústria algodoeira, eram as mais sacrificadas entre as mulheres. Os relatos de horror, perseguição e violência sucederam-se ao longo de décadas, envolvendo outros setores da indústria. Ainda hoje encontramos testemunhos na primeira pessoa, pela voz de senhoras de idade avançada, o testemunho de quem nunca esqueceu as agruras vividas dentro de uma fábrica.

E, assim, a força da herança testemunhal, transferida de mães para filhas, de avós para netas, reverte-se numa imagem depreciativa do trabalho fabril e porque transmitido em contextos de afeto e emoção, consolidam a imagem de um passado negro que a atual indústria pretende tumular para reconstruir uma nova existência para o mundo *de fábrica*.

Além das práticas de abuso, a narrativa teve um peso que não se pode ignorar. A associação do contexto fabril a mulheres pouco recomendáveis originou a expressão «mulheres de fábrica», que humilha e discrimina as mulheres operárias, colocando-as no mesmo plano das ditas «mulheres de rua». Esta expressão foi dissecada pelos articulistas do jornal operário *O Fiandeiro*²³, que entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX dedicaram algum espaço do periódico para denunciar os abusos que iam sendo perpetrados contra mulheres e crianças.

Mulheres de fabrica, é o termo que temos ouvido empregar muitas vezes, para ridicularizar qualquer operaria das que se empregam nas fabricas de fição, quer ellas sejam fiandeiras propriamente ditas, quer se empreguem na tecelagem.

As mulheres de fabrica são como as outras mulheres, com a diferença de que conhecem melhor do que nenhuma outra a miseria em toda a sua extensão da palavra, contribuindo a sua gravitação em tal meio, para a falta d'uma educação que a igualasse moralmente ás mulheres que exercem outras profissões.

Não quer isto dizer, que no meio das mulheres fiandeiras não existam mulheres dignas de todos os respetos; simplesmente, queremos frisar o facto de que o estado calamitoso em que se encontram as mulheres de fabrica, é a causa originaria de muitos males que sofrem e de que são victimas.

O analfabetismo ainda presentemente impera no meio das mulheres de fabrica, podendo-se infelizmente afirmar que 81 a 90 por cento d'estas mulheres não sabem ler nem escrever, circunstancia esta que se observará com os seus filhos, pela razão de que os seus meios não lhes permite leval-os á escola, para onde precisam de ir vestidos e limpos quando são forçadas, salvo raríssimas excepções, a trazel-os rotos e quase nus.

Falta-nos a arte para descrever com minuciosidade os horrores d'uma existência miserável que pesa sobre as mulheres de fabrica e que continuará a observar-se se ellas persistirem na sua indiferença por o principio associativo, base essencial para o inicio da sua libertação do jugo que as oprime.

Em favor das mulheres de fabrica, teem-se feito alguns sacrificios; os brados das consequências nobres e justiceiras já algumas vezes tem chegado aos altos poderes do Estado levando-os a elaborar e a sancionar a lei que regula o trabalho das mulheres e menores na industria, mas que tem sido letra morta por o facto dos interessados não

²³ "Vida Proletária – Mulheres de Fábrica". *O Fiandeiro*, de 13 de novembro de 1915. N.º 2, p.2.

ligarem importância a esse documento e de abandonarem as suas associações de classe por meio dos quaes podiam conseguir a sua execução.

As mulheres de fábrica cometem um gravíssimo erro e até um crime não procurando melhorar as suas condições de vida e de trabalho, pois preferem gastar com uma mulher que lhe olhe por um filho a importância de 10 centavos em cada dia, do que gastar dois centavos por semana para a sua associação, que procuraria conseguir que se puzesse em pratica o funcionamento das creches junto das fabricas, onde teriam os seus filhos sem gastarem coisa alguma, ou quanto o gastasse não seria um terço do que gastam presentemente. Pensem n'isto as mulheres de fábrica e resolvam-se a tratar dos seus interesses por meio da associação, que não só aproveitarão na questão do dinheiro, como muito terão a lucrar também no que diz respeito á sua dignidade.

“Vida Proletária – Mulheres de Fábrica”. *O Fiandeiro*, de 13 de novembro de 1915.

Na primavera de 1910, uma vaga de contestação com origem na «roça de Negrellos» - uma das principais fábricas instaladas no concelho de Santo Tirso acabou por contaminar praticamente toda a região, particularmente o concelho vizinho, Guimarães, onde o operariado submisso e dócil despertou para uma «cruzada» que persistira por décadas tendo em pleno Estado Novo o seu apogeu.

Anno I (2.ª Serie)

8 de Maio de 1910

Numero 20

O FIANDEIRO

Propriedade da Associação de Classe dos Operários Fiandeiros do Porto

DIRECTOR-RESPONSÁVEL Manoel Gomes da Silva	PUBLICAÇÃO MENSAL Assignatura — Serie de 10 numeros, 100 reis. Avulso, 10 reis.	REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO R. Cancellia Velha, 8 Composto e impresso na secção typographica da Cooperativa CASA DO POVO PORTUGUESA Rua do Alameda, 641.
--	---	--

Suplemento ao n.º 19

Campanha contra a exploração

A roça de Negrellos—Trabalho de escravos—Crianças martyrisadas a chicote—A lei das mulheres e das crianças calcada aos pés—Mulheres e crianças trabalhando noites inteiras quasi de graça—Abaixo a exploração!—Cumpra-se a lei—Abaixo o trabalho nocturno!—Queremos trabalhar mas tambem queremos pão!

Cruzada santa

Os operarios textis das fabricas do concelho de Santo Thyrsio e muito especialmente os da importante fabrica de Negrellos, tendo enestada uma campanha de justiça contra a vil exploração de que estavam sendo escravos veem, n'este momento, appellar para todas as classes da cidade do Porto, chamando a attenção da Federação Geral do Trabalho para os auxilios n'esta campanha santa; igualmente chamam a attenção do ex.^{ma} inspector da circumscripção industrial para que a lei seja cumprida. E' preciso por um travão a semelhante despotismo.

Honra á Associação de Classe dos Operários Fiandeiros do Porto, que desinteressadamente nos tem auxiliado, cedendo-nos as columnas do seu jornal para nossa desaffronta.

As nossas reclamações são simplesmente:

- 1.º—Que a mão d'obra seja paga egual como se paga no Porto;
- 2.º Que o horario de trabalho seja tambem egual ao do Porto;
- 3.º Abolição do trabalho nocturno, ou então este pago pelo duplo do diurno;
- 4.º Terminação com os castigos corporaes.

Os operarios de Santo Thyrsio esperam que as suas justissimas reclamações encontrem echo

nas classes trabalhadoras esperando o seu auxilio. Que a fraternidade não seja uma palavra vã! Todos somos irmãos, e por isso contamos com vós, como vós podeis contar com nós.

Quatro victimas do patronato

Nos primeiros dias do mez de abril, fomos até Negrellos e tivemos occasião de conhecer pessoalmente os companheiros que foram victimas dos verdugos da fabrica de S. Thomé de Negrellos, trocamos com elles as nossas impressões, conversamos sobre os motivos da sua expulsão; esses quatro martyres cujos nomes aqui deixamos registados são: Zeferino Moreira Coelho, Adelino Martins Pinheiro, David Antonio da Silva Moreira e João da Silva Guedes.

Contaram-nos esses companheiros que não commetteram crime algum pelo qual merecessem tão duro e despotico castigo.

O companheiro Zeferino Moreira, foi expulso pelo facto de ter escripto para «O Fiandeiro» uma correspondencia na qual pedia melhora de situação para si e seus companheiros, mas isto sem insulto nem offensa para ninguém.

Eis o seu horrivel crime! Adelino Martins Pinheiro, foi expulso por ser um bom companheiro, por ter um bom cora-

ção, por ser humanitario e por cumprir com os deveres de solidariedade humana subscrivendo com 200 reis para o seu companheiro Moreira!

Não foi outro o seu crime, não houve outro motivo para a sua expulsão e senão vejamos o documento passado pela direcção da fabrica que diz:

«Certificamos que Adelino Martins Pinheiro, esteve empregado na nossa fabrica durante 15 annos e teve bom comportamento». Segue-se a assignatura e o respectivo carimbo da casa.

Este documento não precisa de commentarios. Os companheiros David e Guedes, o motivo da sua expulsão foi igualmente o de terem subscrito para o companheiro Moreira.

Convém, porém, aclarar um ponto relativo ao nosso amigo David; com este camarada deuse um facto que é o seguinte:

David Moreira, que é um distincto cavalheiro, que veste elegantemente e se apresenta com todo o esmero teve a avulsa de se apresentar na fabrica de sobretudo, sendo por esse motivo asperamente reprehendido. O nosso amigo com bons modos e com toda a diplomacia retrocon: Que estava frio e por isso que trazia o sobretudo para se agasalhar e não como lenço.

—Mas já disse, aqui na fabrica não queremos quem se apresente melhor que nós, se tem frio vista dois colletes!

que leide trazer o sobretudo quantas vezes eu quizer.

—Ai hade! Pois deixa estar, e seguidamente o empregado sabujo que não podia ver camisa lavada no corpo dos outros foi accusar o nosso amigo á direcção, que por sua vez o mandou chamar ao escriptorio, prohibindo-o tambem de usar o sobretudo!

Chega a ser comico! O odio contra o nosso amigo David, vem do raio do sobretudo! Ah! fica o motivo pelo qual uma direcção barbara e despolitica condemna quatro operarios honestos e trabalhadores, bons chefes de familia, sem uma noção na sua vida, sem uma mancha deshonrosa no seu passado, o que talvez outro tanto se não possa dizer dos seus infames perseguidores.

Carta de Santo Thyrsio

Burgas-18-4-910.

(Atrazada)

Companheiro redactor: A larga distribuição do nosso jornal «O Fiandeiro» causou aqui uma tal satisfação que não sei como exprimir-lhe o entusiasmo d'este povo, por ver apparecer um jornal que desinteressadamente o defende.

A direcção da fabrica tinha ameaçado os operarios que lessem o «Fiandeiro», mas o que

Na origem da revolta estava a violação sistemática da lei do trabalho em vigor. Os manifestantes exigiam melhores salários, regularização de horários, abolição do horário noturno ou retribuição dupla do trabalho diurno e “terminação dos castigos corporaes”²⁴. Como já referimos, a violência física constituiu uma prática de exercício da autoridade dentro das fábricas que tinha nas mulheres e nos menores os seus principais alvos, daí que estes atos fossem comparados aos métodos de vigilância usados pelos capatazes das plantações com escravos.

Em destaque de *O Fiandeiro*, no Suplemento ao n.º 19, não ficaram dúvidas quanto às motivações dos operários: “A roça de Negrellos – trabalho de escravos – creanças martyrisadas a chicote – A lei das mulheres e das creanças calcada aos pés – Mulheres e creanças trabalhando noites inteiras quase de graça – Abaixo a exploração! – Cumpra-se a lei – Abaixo o trabalho nocturno! – Queremos trabalhar, mas também queremos pão!».

Os procedimentos de “revista” (inspeção), uma operação diária que ocorria à saída dos turnos causava grande perturbação, sobretudo nas raparigas. Era efetuada de forma indiscriminada e desabrigada de qualquer boa conduta, a coberto dos regulamentos internos que concediam espaço para toda a sorte de práticas ignóbeis.



Pormenor do Regulamento da Fábrica do Castanheiro (1900). No artigo 8.º estabelece-se a norma da «revista à saída». AMAP.

²⁴ “Campanha contra a exploração”. *O Fiandeiro*, Suplemento ao n.º 19, de 8 de maio de 1910. N.º 20, Ano I (2.ª série).

Se as operações de revista eram geradoras de inquietação e desconforto para as vítimas, não eram menos cruciantes as agressões com chicote para manter produtiva a força laboral. Na fábrica imperava a tirania.

N'este enredo há um genio mau, que tudo envenena: um mantenedor da ordem e das latrinas; um sabujo que anda de chicote em punho, sempre prestes a azorragar quem lhe cahir no desagrado. A besta chicoteia homens, mulheres e creanças como se fossem animaes! Sabia isto sr. conde? Se o ignorava é bom que reprima a fera e a expulse do seio da gente honesta; se o sabia e deixava correr, ou se agora não tomar sobre o caso as convenientes medidas torna-se seu conivente, o que repugna o nosso espirito admitir.

O tal guarda, um verdadeiro facínora, em toda a gente bate, a todos chicoteia. Entre outros vamo-nos referir ao facto que se deu com uma pobre rapariga de quem citaremos o nome, se for preciso; o furioso guarda castigara-a de forma tão estúpida, que ella reagindo, se viu na necessidade de tentar repelir tão infame punição. Pois o sabujo, como mais forçoso, não teve pejo de a deitar ao chão, completamente descomposta e dar largas ao seu furor com forte dose de pontapés e sopapos. Ella queixou-se á directoria, mas o guarda valentaço ficou impune; isto, com ligeiras variantes, repete-se bastantes vezes.

“Carta aberta ao Snr Conde de Vizella”, *O Fiandeiro*, 5 de junho de 1910, n.º 21

«As mulheres de fábrica»

As mulheres de Guimarães eram especialmente determinadas. Vamos encontrá-las em todos os grandes acontecimentos relacionados com a industrialização. O século XIX apresenta-nos algumas dessas senhoras que também marcaram presença na Exposição Industrial de Guimarães em 1884. As fiandeiras e bordadeiras eram presença obrigatória nos certames. Falamos de mulheres que tinham a sua própria atividade, algumas viúvas que chamavam a si a rédea dos negócios dos maridos falecidos.

Em 1884 trabalhavam nas indústrias de Guimarães 1836 mulheres, 1250 das quais nas fábricas de tecidos e cotins. O salário médio de uma mulher variava entre os 80 e os 150 réis, menos do que um rapaz aprendiz que ganhava 160 réis. Os homens auferiam, em média 300 réis. Um engenheiro era retribuído com 1.200 réis ou mais.

A presença massiva das mulheres nas fábricas não impedia que fossem tratadas com a importância que era concedida, por exemplo, aos rapazes. O género falava mais alto. Dóceis, débeis e fragilizadas, as operárias trabalhavam até ao parto e retomavam o trabalho logo após o nascimento das crianças.

Já toda a Europa industrial legislava sobre direitos de mulheres e crianças e Portugal adotou os princípios da regulamentação. Corria o ano de 1891. A idade mínima de admissão, a proibição do trabalho de menores e mulheres nos turnos noturnos, e o descanso obrigatório de quatro semanas após o parto, foram conquistadas da última década do século XIX.

Mas em relação a direitos e abusos, a história está repleta de relatos cruéis. Os regulamentos das fábricas têxteis confundiam-se com manuais de castigos e penas. As operárias eram sujeitas a «revista» à saída da fábrica, operações que decorriam em espaços aleatórios, à mercê de encarregados mal intencionados.

Do assédio ao abuso sexual e à violação, da agressão aos insultos, a tragédia que se abatia sobre as raparigas e mulheres operárias do século XIX e primeiras décadas do século XX é brutal. Os relatos da imprensa operária e política da época resgatam memórias de um tempo que fez nascer a expressão «Mulheres de fábrica».

Cumpriam horários regulados pelas estações do ano e pelo nascer e por do sol (século XIX). Depois chegaram os relógios de ponto e as sirenes. A cada toque do alarme era como libertar reclusas de uma prisão. Os rapazes da cidade apinhavam-se à porta das principais fábricas para verem as raparigas sair.

A fábrica não foi somente um campo de batalha, foi o território da socialização e do amor. Muitos casais operários ali se encontraram e ali constituíram as suas famílias. Nas fábricas, as belas e alegres raparigas formavam-se mulheres, tinham os seus filhos, sofriam as suas dores, viviam as suas alegrias.

Texto introdutório ao quinto painel «As mulheres de fábrica», da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

VI. A fábrica «social»

O caminho para a fábrica foi tortuoso para milhares de pessoas, muito particularmente para as mulheres e crianças. Os “menores”, que alimentaram, às centenas e durante décadas, a força laboral fabril, assim como as mulheres, “eram tratados com similitudes na legislação do trabalho dos finais do século XIX”. A proteção à mulher justificava-se pela sua *natureza débil* e associada à maternidade, a proteção aos menores devia-se à circunstância de serem um corpo em crescimento (Alves, 2002, p. 65).

Na prática, ninguém foi protegido. As crianças continuaram a trabalhar por longos períodos, incluindo trabalho noturno e tarefas perigosas, e as operárias grávidas trabalhavam até ao fim do termo e retomavam o seu posto logo após o parto.

Todas as oportunidades de trabalho significavam uma possibilidade de fuga à miséria. O aparecimento das fábricas e a proliferação de oficinas por todo o concelho permitiu que muitas mulheres conseguissem algum dinheiro para subsistir e apoiar os poucos recursos da família.



“Miséria”: o título de uma breve nota publicada no jornal *O Povo de Guimarães* de 31 de janeiro de 1904, dando conta do estado de miséria e doença em que vivia Joaquina Rosa de Lima, uma “pobre mulher”.

A feminização do trabalho em geral preenchia a lei de 14 de abril de 1891. Na sua edição de 12 de setembro de 1897, no jornal *O Fiandeiro*, analisa-se, criticamente, aquela lei que, seis anos passados sobre a sua publicação, continuava por cumprir.²⁵ Convocando a imagem dos bairros pobres e populosos da cidade do Porto onde “uma legião de crianças de tenra idade” vegetavam numa atmosfera “pútrida e nauseabunda” e “mais parecem uns

²⁵ “Pregar no deserto – As creches”, jornal *O Fiandeiro*, de 12 de setembro de 1897, 1.º ano, n.º 6.

pequenos animaes do que seres humanos”, o autor do artigo descrevia assim a *normalidade* de vida nos bairros pobres da grande cidade industrial do Norte:

“... muitas d'estas infelizes creanças andam completamente nuas e mal se distingue a cor da pelle, porque sobre ella a porcaria amontoa-se d'uma maneira espantosa, e todavia os pães d'estes innocentes trabalham e produzem todos os confortos indispensáveis à vida, mas são tão mesquinhos os seus salários e é tal a carestia dos géneros de primeira necessidade que lhes é completamente impossível dispor dos meios necessários para a boa accommodação de sua família”.

“As creches”, jornal *O Fiandeiro*, de 12 de setembro de 1897, 1.º ano, n.º 6.

Os salários esmagados condenavam as famílias operárias a uma pobreza sem retorno. Por outro lado, a inexistência de creches não compensava a ausência da mulher do seu domicílio onde, como mãe e cuidadora, a esperavam outras responsabilidades e tarefas. A instituição de creches nas fábricas e oficinas foi inscrita na dita Lei.

Art. 21.º Cada uma das fabricas, em que trabalharem mais de cincoenta mulheres por dia, terá uma creche com as accommodações e condições hygiénicas que os regulamentos determinarem. A distancia da creche á fabrica não será superior a 300 metros. § único. Diversas fabricas poderão estabelecer ou sustentar em comum uma creche para os filhos das respectivas operarias, com a condição que a creche tenha a necessária capacidade e que não diste mais de 300 metros de qualquer das mesmas fabricas.

Art. 22.º A mulher não será admitida a trabalhar nos estabelecimentos industriaes nas primeiras quatro semanas depois do parto.

Art. 23.º A mãe poderá ir á creche amamentar o filho á hora e pela forma determinada nos regulamentos.

Decreto de 14 de abril de 1891, Regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres.

Entre 1891 e 1895 a produção de legislação visando a proteção dos menores e das mulheres ao serviço dos “estabelecimentos industriais” foi profusa. Apesar disso, muita da regulamentação nunca foi seguida ou aplicada e as fábricas mantiveram-se como territórios à margem de qualquer norma ou lei. Durante décadas, o trabalho das mulheres continuou desprotegido, os seus direitos foram desrespeitados e os abusos, quando não se intensificaram tenderam a diversificar-se.

Por não ser considerada ou seguida, a lei foi sucessivamente replicada, revista, regulamentada. Em 1911 ainda se procediam a revisões, quer em relação à legislação protetora da maternidade e primeira infância, quer em relação ao enquadramento legal para definir e estabelecer o trabalho feminino e infantil. As associações de classes operárias iam denunciando a «letra morta» da lei e criticando a impotência do legislador.

Joaquina — E não será possível acabar com elles [serões na fábrica] um dia?

Maria — O ser possível era e ainda mais algumas regalias, porque eu tenho ouvido dizer ao tio André que nós temos uma lei decretada pelo governo, que regula o trabalho das mulheres e dos menores, cá nas fábricas, e que obriga os seus proprietarios a fundarem umas creches para ahi serem accomodados durante o dia os seus filhos; ora se isto se fizesse, já eu escusava de ter tantas afflições, por causa dos filhos que deixo entregues aos cuidados de quem muitas vezes não olha por eles como deve.

“Diálogo”, em *O Fiandeiro*, n.º 6 de 12 de setembro de 1897.

Apesar das críticas, muitas companhias e fábricas realizaram investimentos em creches, salas de aleitação, escolas, igrejas, mercados e até construíram bairros para os operários deslocados. Em alguns casos, as fábricas anteciparam as preocupações dos governos nesse âmbito. Em Guimarães encontramos exemplos documentados na Fábrica do Castanheiro (1885), Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (1893)²⁶ e Fábrica do Moinho do Buraco (1890).

A resposta social assumida pela indústria têxtil ganhará maior dimensão na vigência do Estado Novo. A construção de escolas, oferecidas às populações fabris, será um dos exemplos mais visíveis na estratégia de influência e afirmação de poder dos industriais e que, simultaneamente, irá compensar uma rede deficitária de ensino primário.

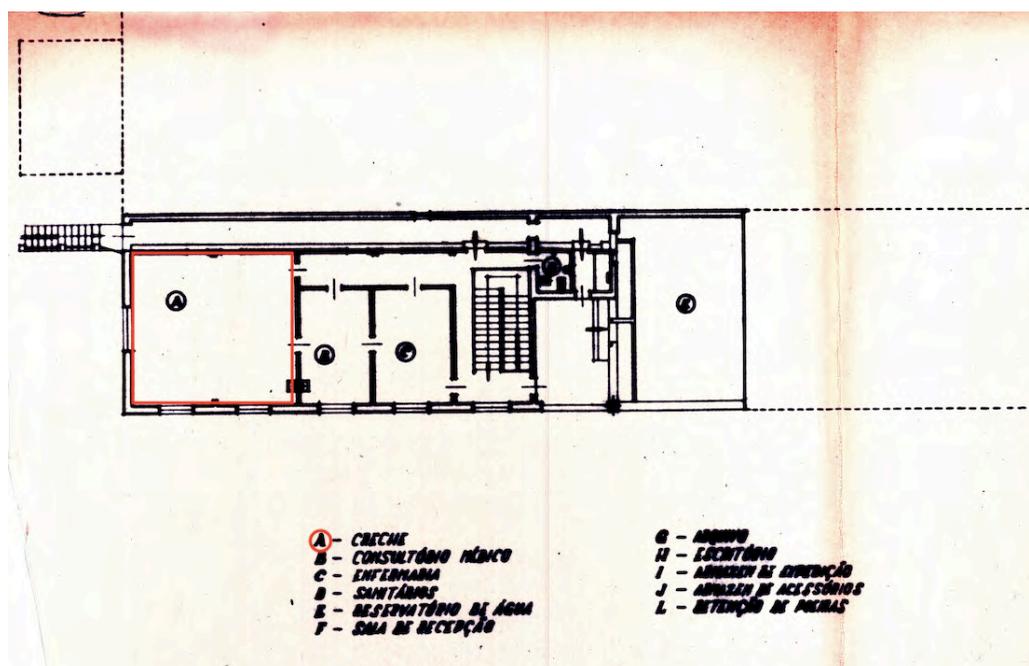
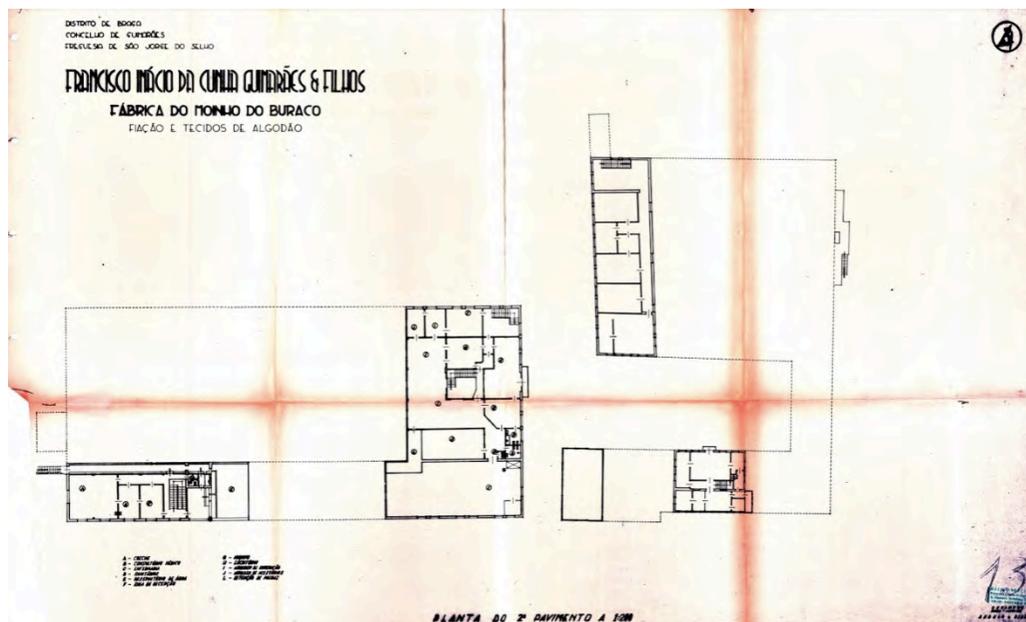
²⁶ “(...) a C.ª de Fiação e Tecidos de Guimarães, tem em Campelos estabelecida uma escola primária, cuja falta ali muito se fazia sentir, por não haver escola perto. O edifício da escola serve também de centro recreativo dos operários, que aí exibem as suas produções e onde lhes são dadas sessões animatográficas. Desta forma se procura evitar também a frequência da taberna. Esta iniciativa é muito para louvar, e exemplo a seguir”. (Geraldês, 1912, p.41)



Inauguração da Escola Primária de Bairro, São Jorge do Selho, Pevidém (1933). Domingos Alves Machado, M-A.G.D.P.



Crianças e jovens entregues à sua sorte, junto ao Padrão de S. Lázaro, na Rua D. João I, em Guimarães (décadas de 1920/1930). M-A.G.D.P. Muralha.



Planta da Fábrica do Moinho do Buraco, destacando-se a zona de apoio materno infantil, com a creche, enfermaria e consultório médico.

AMAP.

Com o Estado Novo verifica-se uma transição e algumas mudanças são introduzidas, designadamente através da publicação do *Estatuto do Trabalho Nacional* (1933) e do Fundo de Socorro Social (1945). A vaga de legislação social, que se intensificou na Europa após Segunda Guerra, fez emergir nos governos, mas também nas empresas, a propensão para a previdência e para o assistencialismo (Alves, 2002, p.67).

O decreto de 1891 irá inspirar o governo que em 1947 e 1948, legislará sobre a assistência à maternidade e primeira infância, ajustando a sua estratégia ideológica aos princípios de atuação do *Instituto Maternal*. As orientações do Estado seguiam no sentido de as fábricas providenciarem, em instalações anexas, centros de assistência materno-infantil assegurando, entre outros, consultas pré-natais, assistência domiciliária no parto e serviço maternal. As empresas que não garantissem estas infraestruturas e serviços seriam caucionadas com uma taxa que reverteria para o serviço assistencialista do Estado e aplicar-se-iam essas verbas no combate à mendicidade através do Fundo de Socorro Social. (Alves, 2002, p.68)

Em certa medida, este enquadramento explica como, muito rapidamente, as fábricas do Vale do Ave foram invadidas por uma onda de construção de creches, escolas, salas de aleitação e postos médicos. Instituíam-se o paternalismo industrial em que as fábricas, e os seus patrões, substituindo-se ao Estado, escalavam em importância social e poder no contexto da comunidade. O assistencialismo passou a ser assumido pelas fábricas que foram retendo as mulheres por um período mais alargado, aproveitando ao máximo a sua juventude.

O tempo útil de vida laboral para uma operária terminaria entre os 30 anos e os 35 anos. Os industriais preferiam contratar raparigas menores e solteiras, ou casadas sem filhos. Assim, contornavam-se as obrigações patronais com a construção das creches, mantinham-se os sistemas retributivos balizados por salários muito baixos (o eterno retorno das aprendizes e estreantes, em detrimento das operárias mais experientes e com mais tempo de serviço), assegurava-se a rotação e o rejuvenescimento permanente da mão de obra.

Há ainda a sublinhar a questão cultural e o ambiente de conservadorismo patriarcal dominante – as raparigas iam trabalhar cedo, contribuindo com o seu salário para o sustento da casa paterna, aforravam algum dinheiro tendo em vista um casamento. Uma vez casadas, deixavam de trabalhar ou mantinham-se nas fábricas até nascerem os primeiros filhos.



Colónia balnear para filhos de operários (1952), Empresa Industrial de Santo Tirso, Fábrica do Arco-Arco Têxteis. Foto de Manuel Eduardo Sousa. F.M.E.S.A.F.M.S.T.



Creche para filhos de operários da Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe, Fábrica do Ferro (década de 1950?). Foto da Casa Alvão. CCPF.

Para as raparigas, a fábrica era a porta de saída, uma forma de se desvincularem de obrigações domésticas e familiares, um território de socialização e a liberdade para escapar ao controlo do pai. O historiador Jorge Alves (2002) cita o estudo realizado em 1970 sobre os contextos de trabalho feminino operário do concelho de Guimarães (já aqui referido) e que ajuda a esclarecer a constituição da estrutura laboral feminina, demonstrando a tal *rotatividade* da mão de obra fabril.

Estrutura etária do operariado feminino em 10 freguesias de Guimarães (1973).

Idade	N.º de operárias
<14	2
15-19	65
20-25	68
26-31	54
32-37	28
38-43	24
44-49	8
50-55	4
56-61	0
62-67	1

Fonte: Adaptado de Alves, 2002, p.70, "Para que servem os meus olhos?"

As raparigas novas chegavam à fábrica por recomendação - de outras que já lá trabalhassem, de familiares diretos (pais, irmãos, tios) ou por meio de pessoa influente. A expectativa salarial era muito baixa - entre os 40\$00 e os 70\$00 (escudos) – e a carreira não era, sequer, uma preocupação para as mais jovens. As operárias mais velhas sim, aspiravam subir na hierarquia e progredir até *mestras* ou *encarregadas*.

Fatores como a proximidade da fábrica a casa, o horário e o salário justificavam as escolhas e relativamente ao horário de trabalho o primeiro turno (entre as 6h00 e as 14h00) era preferido pelas mulheres, pois libertava-as para o trabalho doméstico e familiar. Muitas delas articulavam com os seus maridos os horários por forma a assegurar dois empregos e o cuidado dos filhos em permanência. Nas reflexões que efetuou sobre a organização social, Jorge Alves (2002) constatou que a ideia de uma população fabril de tipo rural já não correspondia à realidade:

Embora a organização social evidenciasse configurações de tipo rural, a maioria das operárias já eram filhas de operários ou de trabalhadores de serviços ligados às fábricas, numa situação típica de reprodução da mão-de-obra fabril: das 254 operárias, apenas os pais de 33 trabalhavam na terra e entre as mães, 89 eram reformadas da indústria, com 105 a trabalhar ainda como operárias. De 638 irmãos das operárias, 543 trabalhavam na indústria. E, com uma pequena exceção na freguesia de Brito, nenhuma família operária trabalhava já em qualquer tipo de trabalho agrícola, desmentindo, para esta altura e para as zonas de industrialização mais antiga de Guimarães, a persistência da apregoada complementaridade indústria - agricultura no Vale do Ave, cuja simbiose entre cultura camponesa e trabalho fabril alimentou uma fértil discussão teórico-ideológica nos anos 70-80.

"Para que servem os meus olhos?", Jorge Alves, 2002, p.74.

E assim, a vida na fábrica foi ganhando corpo e estrutura, organizando-se como um sistema social autónomo, com as suas normas e regras próprias, e dotando-se de força assistencialista. A troca de uma série de serviços – em que as creches, as escolas, o apoio médico e as colónias de férias tinham importância vital – os operários

ainda devolviam parte do seu salário quando tinham de proceder ao pagamento das contas na mercearia (da fábrica) ou do aluguer mensal da sua casa no bairro operário.

As escolas, que aparentemente serviam para combater o analfabetismo, também funcionavam como centro educativo e profissional. Muitas das crianças admitidas nestes estabelecimentos de ensino e que terminavam os quatro anos elementares depressa transitavam para as fábricas onde partilhavam, com os pais, alguns dos postos de trabalho.



Estruturas de berços utilizados nas creches (século XX). C.F.M.A.S.

A fábrica «social»

Se as mulheres estavam na fábrica, não estavam em casa. E se faltavam em casa, quem assegurava o cuidado dos filhos? As crianças ficavam entregues a si próprias, vagueando pelas ruas, em bandos solidários, procurando pão ou sopa, pedinchando ou simplesmente aguardando que os dias terminassem para voltarem a casa.

A lei de 14 de abril de 1891 vai considerar a feminização fabril e assumir que os salários são menores. E para compensar a “demissão” das mulheres das suas “funções” no lar a nova lei determinou a obrigatoriedade da criação de creches em todas as fábricas com mais de 50 mulheres.

Mas as leis não se aplicaram na prática e muitos dos pressupostos só viriam a tornar-se realidade mais tarde, entre 1930 e 1960, quando nas principais fábricas foram inauguradas creches e lactários. Por iniciativa de muitos donos de fábricas também se fundaram escolas primárias e garantiram colônias de férias para os mais pequeninos. O sistema de benemerência dos industriais substituía-se ao papel de um Estado ausente.

A maternidade era um problema na vida das operárias e os filhos acabavam por determinar o seu abandono da fábrica, geralmente aos 30 ou 40 anos.

Texto introdutório ao sexto painel «A fábrica social», da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

VII. Mulheres de luta

A «mulher de luta» esteve sempre associada à ideia de alguém com um caráter inabalável, determinada, combativa, empenhada e trabalhadora. Muitas «mulheres de fábrica» foram «mulheres de luta» enfrentando com coragem e resiliência diferentes desafios e obstáculos. Das greves aos direitos sociais, do desporto à emancipação, da submissão à liderança, as «mulheres de luta» emergiram do seu anonimato, ergueram-se como exemplo e fizeram a mudança. As suas conquistas, mais ou menos amplificadas em momentos muito específicos, nem sempre honram o lugar destas mulheres na história acabando por cair no esquecimento naturalmente aceite numa sociedade que nem sempre aceitou a impetuosidade feminina, muito menos a sua ascendência ou autoridade.

Quitéria de Sousa Nogueira, foi uma empreendedora de destaque no comércio dos linhos em Guimarães. Ela assumiu os negócios da família em 1853 e geriu a «Casa dos Linhos» (no seu tempo ainda conhecida como «Viúva Nogueira e Sousa») garantindo a continuidade da fama conquistada pelos seus labores. A matriarca, mais tarde substituída na gerência da casa pelo seu genro, José Pinto Teixeira de Abreu, conquistou o reconhecimento social tornando-se numa figura de destaque nos negócios do linho e do algodão ao mesmo tempo que concedia notoriedade à indústria manual têxtil vimaranense com as suas toalhas, colchas, meias lavradas e labores de grande elaboração.

Foi a única expositora a participar, individualmente, na Exposição Industrial de Guimarães em 1884, onde conquistou a distinção e o elogio crítico do júri que se rendeu à minúcia dos seus trabalhos reportando-os como “verdadeiras maravilhas”.²⁷

Na época oitocentista algumas mulheres mais abastadas tiveram necessidade de assumir a liderança e a gestão de negócios industriais, comércio ou agricultura, sobretudo após a morte dos maridos. Nomes como “Pacheca” (Mariana Pacheco Pereira) ou “Ferreirinha” (Antónia Adelaide Ferreira) permaneceram icónicos no mundo do Vinho do Porto e são exemplo extraordinário da capacidade de liderança, empreendedorismo e vocação para a gestão de algumas mulheres. Na indústria têxtil a ascensão das mulheres a cargos de liderança foi bem mais difícil, devendo-se, sobretudo, à força do patriarcado industrial.

²⁷ “Casa dos Linhos” em *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, de Carlos Bastos (1955, p.57).



Quitéria de Sousa Nogueira, da «Casa dos Linhos» de Guimarães. Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal, 1955, p.57.

Embora tratando-se de uma área de negócio dependente de mão de obra feminina, a indústria têxtil teve sempre nos homens os seus líderes. Vejamos, por exemplo, o caso da Fábrica do Castanheiro, onde, estatutariamente, as mulheres da família Costa Guimarães não estavam autorizadas a integrar os órgãos de gestão da empresa (o que só veio a alterar-se mais tarde).

Ainda hoje, a liderança das indústrias têxteis, de vestuário e confeções tende a ser masculina, porém, desde a década de 1980 muitas mulheres, na sua maioria ex-operárias, foram ascendendo e conquistando o seu território como líderes. Constituíram os seus pequenos negócios industriais, que expandiram, e um novo fenómeno surgiu com o aparecimento de muitas fábricas geridas por mulheres (Lima, 2018). Há sempre quem se destaque - Isabel Furtado (Ceo da TMG Automotive e presidente da COTEC Portugal) é um dos exemplos - demonstrando que o género não induz competência ou capacidade, mas também não a exclui.

No passado, dificilmente uma operária ascenderia a uma vida mais desafogada. Analfabetas ou pouco escolarizadas, as mulheres constituíam o grupo mais fragilizado da sociedade. Sobre elas recaíam os efeitos da pobreza e, naturalmente, sentindo os impactos da fome nas suas famílias, eram as primeiras a mobilizarem-se pela defesa da sua sobrevivência. Constituindo a maior força laboral na indústria têxtil, elas incorporaram os primeiros grupos grevistas.

O direito à greve só foi instituído pelo primeiro governo republicano, em 6 de dezembro de 1910, mas antes disso, muitas paralisações foram organizadas por operários, que foram reivindicando alguns direitos elementares. Mais tarde, o Estado Novo consideraria as greves como atos ilegais.

A sucessão de revoltas no ano de 1894 teve nas mulheres da época as suas principais dinamizadoras. A imprensa local falava de *subversões* e, não reconhecendo capacidades organizativas às mulheres, muitos homens eram considerados suspeitos de instigar as mulheres. A greve operária na Fábrica de Manuel Bernardo Alves em 1904 foi um desses exemplos – as mulheres organizaram a paralisação, as máquinas não arrancaram e os homens foram impedidos de trabalhar. O jornal *O Povo de Guimarães*, na sua edição de 31 de janeiro de 1904, mostrou que de fracas aquelas mulheres tinham pouco.

A greve das operárias da Fábrica de Tecidos de Manuel Bernardo Alves em 1904 levou um dos trabalhadores, de nome João Ferreira Guimarães, a publicar uma declaração pública de defesa da honra²⁸ – pois era suspeito de ser instigador da dita greve – e a demarcar-se das colegas (o tom que escolhe para se “distinguir” delas deixa claro o rótulo das «mulheres de fábrica»):

... querem atribuir a mim a culpa de ser iniciador ou instigador da greve, quando isso é falso e calumnioso, pois foram as operarias que não quiseram trabalhar e eu apenas disse que era de inteira justiça o ser retirado o novo regulamento, visto ser absurdo e as mulheres assim não poderem trabalhar. E como não estava cúmplice das calumnias que me levantaram, fui hoje, 29, até à fabrica a ver o que havia de novo com respeito á greve, e qual não foi o meu espanto quando me avisaram para retirar imediatamente antes que o patrão chegasse, pois que lhe tinham dito que fôra eu o causador da greve e que quando me apanhasse lá dentro da fábrica me calcaria os pés. Talvez se enganasse, porque eu sei quaes os meus deveres de cidadão e não me comparo a cêrtas mulheres, operarias d'aquella fabrica! Resolvi, pois, retirar a ferramenta que tinha na referida fabrica e dar-me por despedido de operário da mesma.

João Ferreira Guimarães, “Greve operária”, jornal *O Povo de Guimarães*, 1904.

A greve das operárias da Fábrica de Manuel Bernardo Alves em 1904 e a agitação operária que se verificou em Pevidém em 1910 passaram praticamente despercebidas na cidade.²⁹ Contudo, a crise social agudizou-se, particularmente em 1915, já sob os efeitos da Primeira Guerra. Os motivos para contestar eram os do costume. A tensão laboral e as greves mantiveram-se em ciclo regular durante o ano 1920.³⁰ Na base dos protestos encontravam-se as más condições de trabalho, os baixos salários (Rocha, 2010) e a fome.

As lutas foram amordaçadas com o passar dos anos, mas nada impediu que as mulheres operárias de Pevidém organizassem uma manifestação com desfile em plena vigência da ditadura. A «Marcha da Fome», como ficou

29 A paralisação de 28 de janeiro de 1904 na Fábrica de Manuel Bernardo Alves teve origem na introdução do regulamento da fábrica que, entre outros procedimentos, obrigava as operárias a lavar as mãos antes de iniciarem a laboração e sujeitava-as a multas que podiam atingir os 400 reis em caso de obra imperfeita ou danificada. Já o alvoroço operário em Pevidém resultava de salários pagos com géneros alimentares em vez de dinheiro (ROCHA, Raul. (2010). *Guimarães no século XX. Vol. I (1900-1940)*. Guimarães: Editorial O Povo de Guimarães.

30 Em novembro de 1919 os operários da tecelagem da Fábrica da Avenida (Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães) iniciaram uma greve reclamando aumento salarial. O diferendo prolongou-se para julho, altura em que foi anunciada uma greve geral que veio a realizar-se em dezembro. Até lá sucederam-se as manifestações, os comícios e desfiles, intercalados com reuniões e audiências na Câmara Municipal e no Governo Civil. A fome já não afetava apenas os operários têxteis e várias classes - incluindo os setores do calçado e tipografia.

conhecida, constitui um dos marcos históricos da luta operária têxtil em Guimarães e no Vale do Ave, pois para além da dimensão alcançada teve a capacidade de perturbar o Governo.³¹



Coleção Raízes, Coordenada por Luísa Cortesão e publicada em 2012 no âmbito do programa de Guimarães Capital Europeia da Cultura.

Sobre a «Marcha da Fome» existem agora documentos que registam testemunhos orais e descrevem os acontecimentos de 8 e 9 de maio de 1944 em Pevidém³², um núcleo industrial têxtil que estava sob tensão social devido à crise profunda que se instalara após a Segunda Guerra (1939/1945) e anos seguintes, e que ficou marcada pela falta de alimentos e pelo racionamento.³³ A IGA (Intendência Geral dos Abastecimentos) distribuía senhas para que os beneficiários procedessem, posteriormente, à recolha de alimentos e bens essenciais. A escassez era de tal ordem que o mercado negro e o suborno instituíram-se (Cortesão, 2012). Apesar disso, “o Governo de então mandava para o estrangeiro, camiões carregados de géneros alimentícios, vestuário e outros, com dísticos: “Sobras de Portugal”. (Cortesão *et al.*, 2012, p.21). Independentemente disso, as filas que se formavam

31 Luísa Cortesão coordenou três estudos que retratam a realidade fabril de Guimarães e que compõem a Coleção Raízes, publicada pela Fundação Cidade de Guimarães em colaboração com o Instituto Paulo Freire de Portugal, por ocasião da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012. A coleção inclui *A Marcha da Fome de Pevidém: Memórias de um Passado na Inquietude do Agora*; *Ó mãe, deia-nos pão*; e *Quando eu Nasci, aquela Fábrica já Ali Estava: Memórias, Vivências e Opiniões sobre o Trabalho na Indústria em Guimarães*.

32 “O administrador mandou uma força da GNR reprimir a manifestação e no dia seguinte forças da GNR foram a Pevidém para prender alguns manifestantes. Então o povo levantou-se em massa contra a GNR dizendo que para prenderem um ou dois teriam de prender todos, porque todos tinham protestado. Em face da magnífica atitude do povo de Pevidém, a GNR viu-se impotente para realizar as ordens do chefe salazarista e não fez uma única prisão!”. (Em *Jornal Avante!* N.º 54, VI Série, 1.ª quinzena de 1944, p.3.)

33 Este trecho corresponde a um documento citado (Cortesão *et al.*, 2012, pp.20-21), de autor desconhecido, divulgado pela Junta de Freguesia de São Jorge de Selho

para levantar pão e milho engrossavam a cada dia, a fome e a falta de pão, conduziram o povo ao desespero e empurraram homens, mulheres e crianças para a rua.

Foi devido à falta de pão para os seus filhos que o povo de Pevidém, num ato de desespero se reuniu e veio para a rua. Homens, mulheres e crianças, em marcha silenciosa, de bandeiras e panos pretos empunhados em sinal de fome, percorreram a pé a distância até Guimarães (6 km), exibindo panos pintados com dísticos, onde se lia: “temos fome, queremos pão para os nossos filhos, queremos paz com pão” e outros slogans. (...) Viam-se no desfile homens de todas as idades, mulheres grávidas, de filhos ao colo, enquanto milhares de trabalhadores de todas as profissões se foram juntando, pelo caminho, àquela marcha de protesto, que ficou conhecida como a Marcha da Fome do Povo de Pevidém.

A Marcha da Fome, Luísa Cortesão (et al.), 2012, pp.20-21.

Sobre esta marcha não se escreveu uma única linha nos jornais de Guimarães. A história sobreviveria, contudo, através do testemunho dos participantes, da imprensa operária e contestatária, como o jornal *Avante!*

A situação em Guimarães era crítica desde o início de 1940. A miséria e a fome ocupavam breves notas de compungência nos jornais locais, e os sinais de instabilidade social, evidenciando um crescente sentimento de revolta já se faziam sentir três anos antes da «Marcha da Fome», entre as famílias que trabalhavam na Fábrica de Campelos:

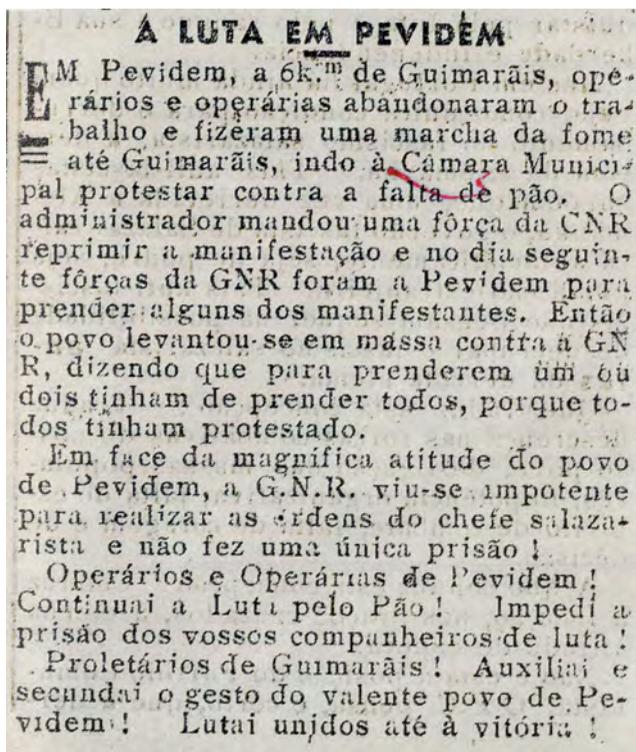
Num dia de agosto de 1941 o povo juntou-se ao toque das cornetas, tentando assaltar as propriedades onde se julgava haver milho, o que originou choques e tiroteio com a GNR, com feridos e gente presa. O corte de estradas para obstar que fosse levado cereal das aldeias era frequente. Começou a tocar a sineta da Fábrica e o sino da igreja a rebate, juntando-se o povo aos magotes na estrada, principalmente mulheres aos altos gritos, dizendo que tinham fome e queriam pão. Viam-se vários indivíduos armados de foices, paus e machados, com pinheiros atravessando as estradas e fazendo parar veículos a fim de verificar se transportavam milho.

Guimarães no século XX, Raul Rocha, 2011, p.28.

Para controlar o comércio de bens essenciais, a Câmara Municipal de Guimarães criou, em 1942, uma comissão reguladora (Raul Rocha, 2011, p. 40). O transporte de milho entre concelhos era proibido pelo regime e, para superar essa dificuldade, devidamente autorizado, o Sindicato Têxtil chegou a comprar “quatro camionetas de milho a Celorico de Basto” (Cortesão *et al.*, 2012, p. 21), tendo os sindicalistas distribuído o milho pelos operários famintos.

A fome, os horários e os baixos salários compunham o caldeirão de tensões, mas a relação entre operários e patrões parecia pacificada pelo paternalismo protetor que caracterizava o regime industrial. Raul Rocha (2010, p. 67) descreve que Francisco Inácio da Cunha Guimarães “oferecia sucessivamente dinheiro para comprar milho ou para roupa que era distribuída pela Casa dos Pobres presidida pelo seu filho Aprígio Guimarães, vereador Municipal. Este ofereceu também ao Sindicato Têxtil um terreno para a construção do posto médico da freguesia”.

A influência do Partido Comunista Português (PCP) vai intensificar-se nas zonas deprimidas e o comité de Guimarães, organizado em 1943 (Cortesão, 2012, p.94), estará na linha da frente em muitas das ações contestatárias.



“A luta em Pevidém”, *Jornal Avante!* VI série, n.º 53, 1.ª quinzena de maio, 1944.

A tão ambicionada “consciência de classe” estava, finalmente, em construção e os povos dóceis e submissos do Ave despertavam para uma realidade diferente.

A grande marcha das mulheres operárias seria, contudo, bem mais silenciosa. Os velhos problemas do passado persistiriam, mas com o passar do tempo, as jovens que chegavam às fábricas, já mais escolarizadas, traziam consigo outros sonhos, outras ambições e outro poder. Paulatinamente, foram procedendo à mudança por dentro, assumindo a força da maioria que representavam. O ambiente fabril proporcionou novas formas de convivência e em Pevidém as mulheres protagonizariam uma autêntica revolução social ao reunirem esforços para constituírem equipas desportivas entre os grupos de trabalho.

Além dos salários e horários, elas lutavam pela liberdade e pela emancipação. O desporto foi um território para se expressarem, para se afirmarem e para se notabilizarem. Ganharam visibilidade e força, jogando futebol ou voleibol. E assim, revolucionaram os costumes e arrastaram consigo multidões de apoiantes, rendidos ao jeito, mas sobretudo, encantados pela diferença e determinação de raparigas inconformadas. Não era apenas jogar à bola ou praticar uma modalidade desportiva, era toda uma transformação social que jogavam num campo que ia muito para além das quatro linhas.

A Coelima é um exemplo que se destaca. As raparigas organizaram-se e em pouco tempo conquistaram a atenção e o apoio da comunidade e da fábrica. Operárias e jogadoras de futebol, vestiam a camisola da Coelima que com elas também ganhava visibilidade e notoriedade.

As vivências do operariado feminino condicionaram projetos de vida de raparigas que pouco mais ambicionavam do que casar, ter filhos e, em boa oportunidade, emigrar com os maridos para a França ou Alemanha. As mulheres mais maduras acabavam por abdicar da vida ativa e do trabalho fabril, recolhendo-se em casa até à velhice. Na base destas escolhas estava a condição social e a falta de escolarização.

Com o 25 de abril de 1974, a liberdade chegou à vida dos portugueses, mas ainda demorou a fazer efeito na vida das mulheres. A emancipação feminina prosseguiu num ritmo mais lento do que aquele que se verificava na sociedade, embora nas fábricas a agitação fosse tremenda e as raparigas doces e submissas tornavam-se, cada vez mais determinadas e arreigadas, senhoras de si e dispostas a conquistarem a sua independência. Quando a liberdade chegou à fábrica a revolução aconteceu.



A equipa de futebol feminino do CCD Coelima – Centro Cultural e Desportivo Coelima. Jogadoras: Fátima Teixeira, Nela, Blanker, Tiza, Aida, Cidalia, F.Leite, Gina, Olívia, Lina e Cristina³⁴

34 CASTRO, Fernando; FERNANDES, Isabel (coords.). 2013. Desporto em Guimarães, dos primórdios à Atualidade. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Tempo Livre. (p. 29).



Equipa Futebol Senior Feminino da Fábrica Coelima em jogo (1978). C.P.F.T.



Rosa Leite e Fátima Teixeira, as duas amigas posam junto da taça de campeãs nacionais de futebol feminino conquistada com a camisola da fábrica Coelima na época 1978/1979. C.P.F.T.



Cartão de atleta de Fátima Teixeira ao serviço do Centro Cultural e Desportivo Coelima (CCD Coelima), época 1979/1980. C.P.F.T.

Mulheres de luta

Atributos como a coragem e a resiliência—características que hoje são identitárias da indústria têxtil—são, também, descritivos das mulheres operárias.

Em Guimarães, foram as mulheres as primeiras protagonistas das greves ocorridas nas fábricas da cidade. Elas também formaram a linha da frente na «Marcha da Fome» que mobilizou milhares de operários num desfile que em 1944 afrontou o Estado Novo. O racionamento de alimentos expôs as famílias mais pobres à fome e fez despoletar uma revolta.

Em 2012, no âmbito do projeto «Raíces» lançaram-se três livros que descrevem, com base em testemunhos orais de alguns participantes, aqueles acontecimentos e a vida dura do operariado têxtil de Pevidém.

As raparigas aproveitavam a fábrica para se emanciparem, embora contribuindo para a subsistência do agregado familiar.

Com as mais jovens a entrar e as mais velhas a sair, as fábricas asseguravam o rejuvenescimento da sua mão de obra, sem desembolsar muito dinheiro em salários.

As vivências do operariado feminino condicionavam-se a projetos de vida que passavam por casar, ter filhos e, talvez, emigrar. A mulher madura abdicava da vida ativa e recolhia-se em casa. A falta de habilitações não lhe concedia muitas escolhas.

Com o 25 de abril de 1974, as mulheres ganharam emancipação e as operárias deram o exemplo. A liberdade chegou à fábrica e as mulheres da Coelima revolucionaram os costumes. Ao fim do dia, calçavam as chuteiras, vestiam os calções e trocavam os teares pela bola de futebol, ocupando o tempo livre no terreno de jogo. As operárias do CCD Coelima conquistaram o seu lugar de campeãs.

Hoje ninguém joga futebol com a camisola da fábrica.

Texto introdutório ao sétimo painel «Mulheres de luta», da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

VIII. O futuro

Na sua origem, a *Revolução Industrial* esteve associada a uma explosão criativa do engenho humano, que podemos justificar como derivada de outra importante revolução, a *Revolução Científica*. A capacidade que os países líderes da industrialização evidenciaram para transformar ciência em tecnologia fez mover todo o processo. A máquina a vapor, os teares mecânicos e as fábricas, integraram-se como peças numa engrenagem que atraiu milhões de trabalhadores rurais para os núcleos urbanos onde havia mais oferta de trabalho e expectativas para uma vida mais digna do que aquela que se vivia no campo. Muitas famílias confirmaram da pior maneira possível que a vida operária não era uma terra prometida. O fenómeno industrial replicar-se-ia pela Europa, não apenas pelas máquinas, mas também pela transformação sociológica que gerou. As ondas de choque tomaram conta do mundo, mas sempre em velocidades diferentes.

Por serem a mão de obra mais barata e fácil de dominar, e descartar, mulheres e crianças foram muito disputados pelos recrutadores de operários, incluindo aqueles que, sem escrúpulos, basearam a sua ação na exploração humana. Tal como nas guerras, mulheres e crianças foram as principais vítimas de tudo o que correu mal na industrialização. E no mundo do têxtil a feminização do trabalho traria implicações de outra ordem, já aqui abordadas com exemplos próximos. Desde o primeiro momento, dois elementos chave ajudaram a afirmar a industrialização têxtil: a tecnologia e as mulheres. E esta equação mantém-se ainda hoje, falta saber se vai continuar a funcionar no futuro.

O sociólogo Boaventura Sousa Santos (2007, p.55) defendeu que a ciência moderna é assimilada pelo sistema económico, mas, na verdade, é apenas a continuidade de um fenómeno que se despoletou no século XVIII. A relação entre crescimento económico e progresso tecnológico, foi geradora de uma interdependência entre ciência e tecnologia (Cabral, 1976) à qual a economia, e particularmente a indústria, não escaparam, pelo que, ao longo das sucessivas fases da RI a dependência tecnológica da economia acentuou-se (Landes, 1998).

No contexto do novo paradigma tecno-económico (Dosi *et al.*, 1988; Freeman e Louçã, 2003) reformula-se toda a organização – das empresas às pessoas - e reestruturam-se as tendências que misturam, com cada vez mais intensidade, a inovação radical, novos modelos de gestão e novos produtos (Dosi *et al.*, p. 59).

A mudança tecnológica carrega esse desafio, não só pelo impacto que tem na economia, mas também na exigência de mais inovação, acentuando a dependência da ciência e da tecnologia e exigindo respostas inovadoras no plano político e social (Dosi *et al.*, 1988).

No presente, os grandes desafios que se colocam à indústria têxtil, embora comuns a outros setores da atividade económica, voltam a situar o setor na linha da frente de uma nova fase da revolução industrial, a 4.0. E um dos maiores desafios prende-se com o ensino técnico (médio e superior). A próxima etapa vai depender muito da capacidade que o sistema evidenciar no estabelecimento de uma relação que valorize a cooperação entre indústrias, estabelecimentos de ensino técnico e universidades, oferecendo oportunidades de carreira e o desenvolvimento de projetos de investigação.

A próxima fase será disruptiva: modelos laborais, sociedade, economia serão alvo de uma transformação profunda. A automação, a partilha do posto de trabalho com robôs (*robot-sharing*), a presença da Inteligência Artificial (IA), a aprendizagem da máquina (*machine-learning*) e a gestão de dados, são desafios que exigirão uma presença vincada do elemento humano no chão de fábrica.

Reconhecendo-se a feminização do setor têxtil, este tópico justifica a maior atenção. Embora saibamos que as mulheres são hoje mais escolarizadas do que os homens e têm, cada vez mais, um papel determinante na gestão

das empresas, na sua liderança, mas também como técnicas (laboratório, *design*, investigação, comercial), a intensificação de áreas tecnologicamente decisivas, muitas delas associadas à computação, gestão de dados, digitalização e automação, recolocam no caminho novos obstáculos às mulheres e à sua incorporação no sistema fabril do futuro. Serão condenadas a manterem-se como meras “peças” na engrenagem de produção? Será que o seu trabalho se limitará a operações repetitivas, de complemento a máquinas ou robôs? Será que os homens vão dominar as profissões com valor acrescentado, perpetuando modelos retributivos desiguais? As exigências de trabalho tecnológico vão disparar e importa perceber até que ponto o menor número de mulheres a estudar nas áreas STEM³⁵ (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) vai ter como resultado uma *desfeminização* da indústria têxtil.

O futuro

As mulheres, que durante séculos foram subalternizadas, superaram o analfabetismo e, mesmo no operariado, são hoje muito diferentes daquelas que as antecederam.

A educação, o ensino, a ciência e a tecnologia, abriram horizontes e portas. E a própria indústria foi sofrendo alterações por dentro. A feminização manteve-se, mas agora as mulheres escalaram na hierarquia do poder e, atualmente, também são empresárias, técnicas, designers, criativas e investigadoras de sucesso. Elas são o rosto de uma nova indústria.

São, também, a maioria nas universidades e na investigação. No CITEVE – Centro de Tecnologia Têxtil, o elenco técnico é maioritariamente feminino.

Os desafios colocados pela Quarta Revolução Industrial (a i 4.0) vão acelerar os processos de automação, digitalização e robotização do chão de fábrica. O emprego têxtil do futuro implicará uma sofisticação tecnológica que passa pela qualificação superior em áreas técnicas e científicas onde há (cada vez) menos mulheres, como na computação, na física e no domínio das engenharias.

Há remanescências do passado que ainda caracterizam a indústria têxtil—na intensidade da tecnologia, na imprescindibilidade da inovação, na força da criatividade e na presença dominante das mulheres que fazem vibrar esta indústria. Até quando...?

Texto introdutório ao oitavo painel «O Futuro», da exposição «A Mulher na Indústria Têxtil»

35 STEM - Science, Technology, Engineering e Mathematics.

Considerações finais

Se a Revolução Industrial foi despoletada pelo génio criativo de inventores e engenheiros (homens), a sua expansão deve-se, sobretudo, a dois elementos centrais: à tecnologia e às mulheres. A primeira porque serviu de motor e alavanca da industrialização; as segundas porque incorporaram, como maioria silenciosa, a força laboral. Na indústria têxtil a *revolução* foi no feminino.

A feminização do trabalho operário, particularmente na têxtil, é um tópico de inesgotável conteúdo. A elaboração deste artigo teve por base um trabalho de pesquisa com vista à organização da exposição «**A mulher na indústria têxtil**». A composição dos temas obedeceu a um alinhamento de assuntos que sobressaíram no decurso de uma outra investigação, no âmbito de um projeto de doutoramento.

Toda a narrativa teve como propósito contribuir para uma compreensão holística do papel das mulheres na indústria têxtil e na sociedade em que se inserem. Assim, o grande objetivo deste trabalho visou tributar memórias, contribuir para um melhor conhecimento sobre a realidade laboral feminina na indústria têxtil de Guimarães (e do Vale do Ave), dignificar a história industrial, que é um património inquestionavelmente valioso para a comunidade e convocar as mulheres para o palco principal como grandes personagens que são desta magnífica história, restituindo-lhes um lugar na memória coletiva, que é seu, por direito.

Referências

- ALMEIDA, Ana Nunes de (1986). A fábrica e a família – Tópicos para uma reflexão. *Análise Social*. Vol. XXII (91). 279-312.
- ALMEIDA, Eduardo de. (1908). A Instrução popular no concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*. 25 (2) abr.-jun. p. 57-74; 25 (3-4) jul.- dez., p.99-112.
- ALVES, Jorge Fernandes (1999). *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. V.N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- ALVES, Jorge F. (2002). Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães. *FORUM* 32, jul.- dez.61-79.
- BARRETO, António (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*. Vol. XXX (134). 841-855.
- BASTOS, Carlos. (1955). Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal. Porto: Tipografia Portugália.
- BASTOS, Carlos (1960). *Indústria e arte têxtil*. Porto: s/e.
- BRAGA, Alberto Vieira (1928). Indústrias Caseiras. Em *O labor da Grei*. Guimarães: Francisco Martins.
- CABRAL, M. V. (1977). Crescimento económico e progresso tecnológico. *Análise Social*, XII (2), n.º 46, 371-399.
- CACHADA, Armindo (2004). *O linho no campo e na arca*. S. Torcato: Grupo Folclórico da Corredoura.
- CARVALHO, A. L. (1941). *Os mesteres de Guimarães*. Vol. 2. Guimarães: s/e.
- CASTRO, Fernando; FERNANDES, Isabel (coord.). 2013. Desporto em Guimarães, dos primórdios à Atualidade. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Tempo Livre.
- CORDEIRO, José M. Lopes (1991). A persistência do “sistema antigo”: a indústria em Guimarães na época da exposição de 1884. Em *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Edição fac-similada. Guimarães: Muralha-Associação de Guimarães para a Defesa do Património.
- CORTESÃO, Luísa. (2012a). A Marcha da Fome de Pevidém: Memórias de um Passado na Inquietude do Agora. Coleção Raízes. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães / Instituto Paulo Freire de Portugal / CIIE.
- CORTESÃO, Luísa. (2012b). Ó mãe, deia-nos pão. Coleção Raízes. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães / Instituto Paulo Freire de Portugal / CIIE.
- CORTESÃO, Luísa. (2012c). Quando eu Nasci, aquela Fábrica já Ali Estava: Memórias, Vivências e Opiniões sobre o Trabalho na Indústria em Guimarães. Coleção Raízes. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães / Instituto Paulo Freire de Portugal / CIIE.
- DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (1988). *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter Publishers.
- FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. (1991). História das Mulheres no Ocidente. Vol. 4: *O Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.

FRAISSE, Geneviève, (1991). Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. Em FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. (1991). História das Mulheres no Ocidente. Vol. 4: *O Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento. 59-95.

FREEMAN, C., e LOUÇÃ, F. (2003). Ciclos e crises no capitalismo global - das revoluções industriais à revolução da informação. Porto: Edições Afrontamento.

GERALDES, Manuel de Melo Nunes. (1913). *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GERMANO, Avelino. (1884). Crónica. *Revista de Guimarães*. 1 (4) out.-dez. p. 216-220.

GUIMARÃES, Alfredo (1940). *Guimarães: guia de turismo*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

INGERSON, Alice. (1981). Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão. *Análise Social*. Vol. XVII (67-68). 863-894.

INGERSON, Alice (1982). Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave. *Análise Social*. Vol. XVIII (72, 73 e 74). 1465-1500.

LIMA, Joaquim (2018). *Os empresários da indústria têxtil do Vale do Ave. Um contributo para uma sociologia da formação do habitus económico*. Porto: Edições Afrontamento.

MEIRA, Joaquim José de. (1884). Higiene local. *Revista de Guimarães*, 1 (3) jul. set. 1884, p. 130-135.

MÓNICA, Maria Filomena (1977). Deve-se ensinar o povo a ler? A questão do analfabetismo (1926-39). *Análise Social*. Vol. XIII (50). 321-353.

MÓNICA, Maria Filomena (1987). Capitalistas e industriais. *Análise Social*. Vol. XXIII (99). 819-863.

NOGUEIRA, Paula. R., Martins, D. R., Fiolhais, C., e Santos, G. (2017c). Consequências da Revolução Industrial na cidade de Guimarães. Em: *Atas do II Congresso Internacional - As Cidades na História; Painel: Cidade Industrial III - Cidade Industrial*. Vol. III. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães. 527-551.

POINSARD, Léon (1912), Portugal ignorado: estudo social, económico e político. Porto: Magalhães & Moniz Lda.

ROCHA, Raúl (2010). *Guimarães no século XX. Volume I (1900–1940)*. Guimarães: Editorial O Povo de Guimarães.

TENGARRINHA, José (1981). As greves em Portugal: uma perspetiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. Vol. XVII (67-68). 573-601.

SAMPAIO, Alberto; MEIRA, Joaquim José (1884). *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães*. Porto: Tip. de A. S. Teixeira.

SANTOS, B. S. (2007). Um discurso sobre as ciências. 15.^a edição. Porto: Edições Afrontamento.

SCOTT, Joan W. (1991). A mulher trabalhadora. Em FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. (1991). História das Mulheres no Ocidente. Vol. 4: *O Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento. 440-473.

Outros documentos

Inquérito sobre o Estado da Indústria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respetivos Operários, Ordenado por Decreto de 13 de Dezembro de 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891). Inquérito Industrial de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sociedade Martins Sarmiento. Boletim, 9 de março de 1899, 16(4) out.-dez., pp.161-195.

Comissão de Planeamento da Região Norte - A situação profissional e familiar das operárias do concelho de Guimarães. Porto: CPRN, Julho 1973.

Jornal *Avante!* VI série, n.º 53, 1.ª quinzena de maio, 1944.

Jornal O Povo de Guimarães, n.º 5, 31 de janeiro de 1904.

Jornal O Fiandeiro, n.º 6, 12 de setembro de 1897.

Jornal O Fiandeiro, n.º 1, de 1 de agosto de 1897.

Jornal O Fiandeiro, n.º 4 de 31 de julho de 1910.

Jornal O Fiandeiro, n.º 20, de 8 de maio (Suplemento ao n.º 19).

Arquivos

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Biblioteca Pública Municipal do Porto (Hemeroteca)

Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave, Vila Nova de Famalicão

Sociedade Martins Sarmiento (Hemeroteca)

Abreviaturas

AMAP- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

C.C.P.F. - Coleção do Centro Português de Fotografia

C.F.M.A.S. Coleção de Fotografia do Museu Alberto Sampaio.

C.G.D.C – Coleção do Grupo Desportivo Coelima

C.P.A.M.M.- Coleção particular António Maria Meireles

C.P.F.T. - Coleção particular Fátima Teixeira

C.P.M.T.M. – Coleção particular Manuel Teixeira e Melo

C.P.R.F. – Coleção particular de Raimundo Fernandes

C.P.T.R. - Coleção particular Torcato Ribeiro

F.M.E.S.A.F.M.S. T. – Funo de Manuel Eduardo Sousa, Arquivo Fotográfico Municipal de Santo Tirso.

M-A.G.D.P. - Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

S.M.S. - Sociedade Martins Sarmento

Agradecimentos

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Câmara Municipal de Famalicão - Museu da Indústria Têxtil

Câmara Municipal de Guimarães

Casa da Memória de Guimarães

Casa de Sarmento

Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

Sociedade Martins Sarmento

Universidade de Coimbra

Alexandra Marques

Antero Ferreira

António Maria Meireles

Fátima Teixeira

Manuel Teixeira e Melo

Rui Vítor Costa

Torcato Ribeiro